

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

DOUGLAS JERÔNIMO BITENCOURT

**O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA: ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE
SUAS CONCEPÇÕES**

CRICIÚMA

2012

DOUGLAS JERÔNIMO BITENCOURT

**O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA: ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE
SUAS CONCEPÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de licenciado no curso de Educação Física da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Vidalcir Ortigara

CRICIÚMA

2012

DOUGLAS JERÔNIMO BITENCOURT

**O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA: ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE
SUAS CONCEPÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciado, no Curso de Educação Física da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação Física Escolar.

Criciúma, 06 de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Vidalcir Ortigara - Doutor - UNESC - Orientador

Prof^a. Robinalva Borges Ferreira - Mestre - UNESC

Prof. Carlos Augusto Euzébio - Mestre - UNESC

Dedico este trabalho a todos colegas que, durante o curso, interromperam sua trajetória no caminho de conhecimento para transformação docente como incentivo de retorno.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida. Em seguida, meus mais sinceros agradecimentos aqui prestados são àquelas pessoas que marcaram de forma relativamente significativa na contribuição para a realização deste trabalho. Ao amigo e professor Dr. Vidalcir Ortigara pelo apoio e instrução na construção desse trabalho, bem como nos estágios supervisionados.

Aos professores Carlos Augusto e Robinalva por aceitarem de imediato o convite como membros da banca.

Aos meus pais Miguel e Margarete e minha irmã Daniela pelo incentivo de permanecer estudando e concluir a graduação.

As minhas avós Maria Madalena e Inês (*in memoriam*), mulheres aguerridas e a frente do seu tempo.

Ao meu tio e professor Dr. João Batista Bitencourt por ser um exemplo de profissional a me espelhar, além de ser prestativo em responder e esclarecer minhas dúvidas antes e durante a graduação.

A todos os familiares, amigos e colegas que colaboraram para mais uma conquista, e em especial a Bianca da Silva Schultz e Fabiana Teixeira Correia por terem sido como verdadeiras irmãs nestas últimas fases da graduação.

RESUMO

As Diretrizes Curriculares são orientações que servem de guia para que as Instituições de Ensino Superior (IES) elaborem seus currículos sem deixar de contemplar as características, interesses e necessidades regionais, perspectivadas nas dimensões: social, biológica, cultural, didático-pedagógica e técnico-instrumental do movimento humano. O presente trabalho busca analisar as relações existentes entre as Diretrizes Curriculares para a graduação em Educação Física com a prova do ENADE, com enfoque na dimensão do conhecimento identificador da área, e o problema delimitado em identificar qual a perspectiva pedagógica de Educação Física mais presente na prova. Para realizar esta análise documental foi tomado como referência o último exame realizado no ano de 2011, além das Resoluções e textos científicos. Concluímos que o ENADE está em consonância com as respectivas Diretrizes, abordando os conteúdos e as perspectivas críticas e conservadoras da área para a Educação. A perspectiva de Educação Física predominantemente presente na prova, em seu componente específico, é a desenvolvimentista. Nossas análises mostram a presença das tendências pedagógicas conservadoras no âmbito escolar, no entanto, as pedagogias críticas para a Educação Física também estão sendo abordadas. Averiguamos que existe a relação do conhecimento da disciplina de Educação Física e a prova do ENADE, mas quando observamos as abordagens pedagógicas verificamos o predomínio das perspectivas não críticas. Percebemos uma distribuição equilibrada das dimensões do conhecimento, porém com predomínio da dimensão técnico-instrumental, embora a dimensão didático-pedagógica apareça com frequência.

Palavras-chave: Educação Física. ENADE. Diretrizes Curriculares. Técnico-instrumental. Didático-pedagógica.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEF	Associação de Professores de Educação Física
CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CES	Câmara Educação Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONFED	Conselho Federal de Educação Física
CREF	Conselho Regional de Educação Física
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EF	Educação Física
ENADE	Exame Nacional de Desempenho do Estudante
ENC	Exame Nacional de Cursos
IES	Instituição de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
SESu	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DIRETRIZES CURRICULARES DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	12
2.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE DISCUSSÕES SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	15
2.2 A CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO AMPLIADO	20
2.3 A RELAÇÃO DO CONFEF COM A APROVAÇÃO DAS DIRETRIZES	22
2.4 A EDUCAÇÃO FÍSICA E DIVISÃO DOS MERCADOS DE TRABALHO	25
2.4.1 Os principais argumentos a favor e contra a Regulamentação	27
3 CRIAÇÃO DO ENADE E SUA OPERACIONALIZAÇÃO	31
4 AVALIAÇÃO DA AVALIAÇÃO.....	37
4.1 ANÁLISE DOS DADOS DE FORMAÇÃO GERAL.....	37
4.2 ANÁLISE DO COMPONENTE ESPECÍFICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	41
4.2.1 Núcleo Conhecimentos da Educação Física	44
4.2.2 Núcleo dos Conhecimentos Pedagógicos	57
4.3 ABORDAGENS PEDAGÓGICAS DA PROVA DO ENADE/2011: COMPONENTE ESPECÍFICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA	62
5 CONCLUSÃO	64
6 REFERÊNCIAS	66
7 ANEXOS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.9

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física no Brasil, durante seu processo de inserção no âmbito escolar, sempre esteve doutrinado através de Leis, Diretrizes, Decretos e Parâmetros Curriculares, que ao longo da história do país e de acordo com a sociedade em cada momento vivenciado, buscou atender, por meio das concepções pedagógicas, as expectativas ao qual se aspirava. Atualmente existem concepções tradicionais e progressistas de Educação Física que foram construídas por influências de médicos, militares e estudiosos da própria área da Educação Física e de outras áreas.

Foi idealizando este propósito de conhecer algumas das leis que transcrevem a competência da Educação Física na escola, que surgiu a dúvida em relação às normativas reguladoras das Diretrizes Curriculares para Formação em Educação Física (RESOLUÇÃO CNE Nº 07 DE 2004) e das Diretrizes Curriculares para Formação de Professores da Educação Básica (RESOLUÇÃO CNE Nº 01 e 02 de 2002) e que em uma análise mais enraizada perante o método de avaliação do ensino superior, nos interrogamos sobre o apontamento de qual ou quais das dimensões de conhecimento identificadoras da Educação Física encontra-se mais enunciadas no Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE), realizado em 2011, para os cursos de licenciatura em Educação Física.

Este trabalho surgiu, portanto, da necessidade de um aprofundamento teórico sobre esta temática. Neste sentido, este estudo tem como tema: “Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Licenciatura em Educação Física”. O que o ENADE solicita de conhecimento dos alunos está em consonância com o que preconizam as Diretrizes para formação em Educação Física e para a formação de Professores? Quais as abordagens pedagógicas estão presentes nas questões do ENADE? São as questões que orientaram a análise.

O problema foi estipulado a partir da seguinte pergunta: Qual a perspectiva de Educação Física presente no exame do ENADE? As questões norteadoras foram construídas a partir do problema da pesquisa de como aparecem nas questões da prova do ENADE o conhecimento de estudo da Educação Física, qual a relação do exame com o currículo de formação de professores de Educação Física.

Optou-se pelo seguinte objetivo geral: Avaliar a relação existente no exame do ENADE com as Diretrizes Curriculares para Formação de Professores de Educação Física. A partir do objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos: Constatar se existe relação do conhecimento da disciplina de Educação Física com o ENADE/2011, verificar o modo como está sendo explorado o conteúdo de estudo da Educação Física nas questões do exame e apontar quais das questões utilizadas fizeram referência com o teor do conteúdo abordado pela área de Educação Física.

Para uma possível resposta na busca de nossa investigação realizamos primeiramente uma pesquisa teórica com levantamento bibliográfico e documental relativo aos textos sobre as temáticas. “[...] pesquisa teórica é aquela em que se restringe ao estudo de diferentes teorias, informações, dados e outros aspectos a respeito do problema, coletando-os em fontes bibliográficas diversas, ou seja, em livros, revistas, jornais e documentos específicos” (VIANNA, 2001).

Em um segundo momento, realizamos o diagnóstico interpretativo individual das questões da prova, concernente ao conhecimento geral e específico, associada à compreensão das respostas corretas e de acordo com o gabarito oficial, do ENADE de 2011. Em relação ao campo da prova de conhecimento específico, constatamos que se constitui de dois núcleos de conhecimento: específicos da Educação Física e conhecimentos pedagógicos (Quadro 1 à p. 45). Em seguida passamos a analisar cada um dos núcleos para verificar quais temas são abordados, identificando no núcleo de conhecimentos da Educação Física, os seguintes: atividade física e saúde; esporte; dança; história da Educação Física, ensino da Educação Física; tecnologias da informação na Educação Física; e conhecimento corpora e antropomórfico. Em relação ao núcleo conhecimentos pedagógicos identificamos os seguintes temas: currículo; ensino e didática; sociologia da educação e pedagogia de projetos.

A análise propriamente dita consistiu de uma descrição de cada questão (objetiva ou discursiva) que nos permitiu compreender quais dimensões do conhecimento, conforme estipulado nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Educação Física, elas expressavam (quadro 2). Essa análise também nos permitiu compreender qual abordagem pedagógica elas manifestam (quadro 3).

Ao final, em nossa conclusão comparamos os quadros e verificamos a perspectiva e a dimensão do conhecimento identificador da Educação Física de maior presença nas questões e se estas se encontram consonantes com as Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Educação Física.

Para estruturação dos capítulos, fundamentamos a parte teórica relatando sobre as Diretrizes Curriculares de Graduação em Educação Física e dividimos em sob capítulos descrevendo o processo histórico para a aprovação das diretrizes e suas discussões que ocorreram até a regulamentação, bem como a concepção de currículo ampliado proposta pelo Coletivo de Autores, a relação da criação do CONFEF e a intervenção dos membros das Comissões de Especialistas ligados ao Conselho que influenciaram na decisão final das Diretrizes, relatamos também sobre a divisão do mercado de trabalho em relação à área da Educação Física coadunadas com argumentos favoráveis e contrários a regulamentação da Lei 9.696/98. No segundo capítulo, ainda referente à fundamentação teórica, falamos da criação do ENADE e de que forma se dá sua operacionalização. No terceiro capítulo, passamos para a análise do estudo do exame em suas partes de formação geral e componente específico. E num outro capítulo realizamos nossa conclusão desse estudo.

2 DIRETRIZES CURRICULARES DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Educação Física, em nível superior, de graduação plena, foi instituída no ano de 2004 em consonância com os princípios enunciados no Parecer nº 776/97 da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação. Estas constituem orientações para as Instituições de Ensino Superior (IES) em seus respectivos cursos de formação, e dada autonomia e liberdade a isto (preconizada pela Lei nº 9.394/96 e estabelecida no artigo 207 da Constituição Federal), possam elaborar um currículo, sob uma ótica realista, que respeite as características, interesses e necessidades regionais da comunidade ao qual está inserida e contemple os saberes ligados a formação humana.

A proposta explicitada na concepção das diretrizes curriculares implica sobre a organização do currículo e a relação de suas áreas do conhecimento que devem primar sobre a interação dos conhecimentos pautados nas tradições culturais e científicas da área de formação, e que surgem inicialmente de um determinado contexto social. Esperasse neste sentido romper a perspectiva fragmentada de currículo com disciplinas convencionais, isoladas, e com vários pré-requisitos.

Segundo Taffarel e Lacks (2005, p. 102)

Concebe-se currículo, portanto, como uma referência nacional, de formação comum, relacionada com o padrão unitário de qualidade para o oferecimento do curso e que se desdobra diante as especificidades e particularidades do Brasil.

Nesta perspectiva, a ideia é de firmar uma base de preparação teórica e multidisciplinar, partindo da teoria do conhecimento para o reconhecimento através da prática pedagógica com a constatação e interpretação da realidade social de modo a dar um entendimento a aprender a aprender, ou seja, os quatro pilares da educação que são aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer.

Conforme Taffarel e Lacks (2005, *op. cit.*),

Para garantir a unidade nacional em torno de uma consistente formação acadêmica, a área da Educação Física assume a idéia da base comum nacional, que permita na formação acadêmica, uma consistente preparação teórica e interdisciplinar, a unidade entre teoria e prática, a gestão democrática, o compromisso social, o trabalho coletivo, a formação continuada, a avaliação permanente, para que o graduado compreenda

criticamente os determinantes e as contradições do contexto em que está inserido e seja capaz de atuar na criação de condições objetivas para a transformação social. A base comum nacional deve, portanto, permitir o domínio do conhecimento e seus meios de produção em uma perspectiva de totalidade, viabilizando ações e relações para a superação do modo de capital organizar a vida na sociedade, modo esse originado nas relações humanas e, portanto, suscetível de ser alterado.

Para ocorrer uma simetria entre todos os currículos dos cursos de Educação Física espalhados pelo país, as diretrizes estipulam que a organização dos currículos esteja articulada entre as unidades de conhecimento de formação ampliada e específica. O parágrafo 1º do artigo 7º da Lei de Diretrizes Curriculares estabelece que

a formação ampliada deve abranger as seguintes dimensões: a) relação ser humano-sociedade; b) biologia do corpo humano; e c) produção do conhecimento científico e tecnológico”. Enquanto o parágrafo 2º do mesmo artigo identifica que para a formação específica, que é compreendido como os conhecimentos identificadores da Educação Física, esses “deve contemplar as seguintes dimensões: a) culturais do movimento humano; b) técnico-instrumental; e c) didático-pedagógico. (BRASIL, 2004)

No entanto o art. 8º da Lei de Diretrizes Curriculares prevê, para os cursos de licenciatura em Educação Física, que “conhecimento específico que constitui o objeto de ensino do componente curricular Educação Física serão aquelas que tratam das dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-instrumentais do movimento humano”. (BRASIL, 2004, p. 4). Ressalvando que a escolha dos diferentes conteúdos, dos distintos conhecimentos, bem como a ordem na matriz curricular, é de competência da IES, “sendo o seu planejamento o primeiro passo para a transposição didática, que visa a transformar os conteúdos selecionados em objeto de ensino dos futuros professores”. (BRASIL, 2004, p. 4).

Lembramos que os cursos de licenciatura devem também seguir as Diretrizes para a formação de professores da Educação Básica. Estas, ao se referirem á organização curricular dos cursos, estabelecem “eixos” em torno dos quais deve se organizar a matriz curricular:

I - eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional; II - eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional; III - eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade; IV - eixo articulador da formação comum com a formação específica; V - eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa; VI - eixo articulador das dimensões teóricas e práticas. (BRASIL, 2002, f. 4).

Nas Diretrizes Curriculares para a graduação em Educação Física, o campo de abrangência é definido como uma área do conhecimento que tem como objeto de estudo o movimento humano. Seu estudo é baseado em um caráter multidisciplinar, pautado em princípios éticos, políticos, pedagógicos e com base no rigor científico, de natureza generalista, humanista, crítica e reflexiva. (TAFFAREL; LACKS, 2005).

De acordo com o parágrafo 1º do artigo 4º da Lei de Diretrizes Curriculares:

O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir, acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável. (BRASIL, 2004, p. 1-2).

E acrescenta no parágrafo 2º do mesmo artigo que:

O professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação [...].(BRASIL, 2004, p. 2).

Porém, verificamos que na literatura da área há outras compreensões do campo de conhecimento da área. Tomamos dois exemplos. Conforme Taffarel e Lacks (2005, p. 99):

A Educação Física é entendida como um campo de estudo e ação profissional multidisciplinar, cuja finalidade é possibilitar a todo o cidadão o acesso aos meios e conhecimentos acumulados historicamente que possibilitam a cultura corporal e esportiva, compreendida como direito inalienável de todos, parte importante do patrimônio histórico da humanidade e do processo de construção da individualidade humana.

Para Scherer (2005, p. 31):

A Educação Física é um campo acadêmico-profissional multidisciplinar ligado a diferentes áreas. Ela foi construída, historicamente, aproximada à área da saúde, que representa a sustentação teórica mais consolidada para sua inclusão nos diferentes segmentos sociais. Entretanto, com a vinculação da Educação Física como disciplina escolar, aspectos de formação humana foram incorporados, ligando-a, também, à área educacional.

As Diretrizes Curriculares são orientações que foram aprovadas no ano de 2004, embora suas discussões sobre esta temática tenham sido amplamente discutidas desde muitos anos atrás pela comunidade composta por estudantes,

gestores e especialistas da área. Porém, historicamente foi subtraída a continuação desta discussão antes de se chegar a um censo comum, pois havia um grupo que idealizava uma divisão na área de atuação das atividades físicas pautada em uma lei regulamentadora para a profissão e a outra que desenvolvia a ideia que o professor de Educação Física é identificado pela sua intervenção pedagógica, não importando o campo de atuação. Consequentemente deu-se o surgimento de duas titulações para a formação na graduação em Educação Física.

A seguir prosseguiremos investigando como se decorreram os fatos históricos anteriores a regulamentação das Diretrizes Curriculares, bem como a intervenção e regulamentação de órgãos externos influenciadores para sua aprovação e a diferenciação nos campos de intervenção profissional.

2.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE DISCUSSÕES SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O processo de formação, e a formação propriamente dita, do profissional de Educação Física vêm sendo discutida desde o início dos anos de 1940, mas ganha um maior destaque na década de 1980, com o declínio do militarismo no Brasil. Por consequência de debates que foram sendo realizados ao longo dos anos, houve momentos em que se buscou dividir a titulação do graduado, em licenciado e bacharel, realizando alterações no currículo do curso de Educação Física, para que essa modificação ocorresse durante a formação acadêmica.

Com o intuito de conhecer o processo histórico que influenciou nos debates que conduziram à elaboração e aprovação das Diretrizes Curriculares para o curso de Educação Física, buscamos escrever sobre esta temática neste capítulo.

A formação profissional de Educação Física tornou-se o centro das discussões no período histórico acima aludido, pois as concepções de Educação Física não conseguiam dar conta das reivindicações e pressões sociais. Como possível resposta se chegou à Resolução nº 03/87, do Conselho Nacional de Educação. Esta extinguiu o currículo mínimo (deu autonomia as IES para escolherem as disciplinas e matérias ofertadas aos acadêmicos), orientou a organização do currículo pleno, por campos do conhecimento, aumentando a carga horária mínima de 1.800 horas-aula para 2.880 horas-aula, bem como proporcionou

que a titulação fosse dividida em bacharelado e licenciatura. (TAFFAREL; LACKS, 2005, p. 89).

De acordo com Kunz et. al. (1998, p. 38-39):

[...] a criação do bacharelado foi, fundamentalmente, uma resposta aos argumentos de que a formação do licenciado que não vinha atendendo ao desenvolvimento das qualificações e das competências necessárias à intervenção do profissional nos diversos campos de trabalho não-escolar. Em resposta a uma crescente e diversificada demanda, os então cursos de licenciatura plena em Educação Física foram incorporando a seus currículos diferentes disciplinas de fundamentação (em atendimento ao amadurecimento científico da área) e de intervenção (em atendimento à referida expansão e diversificação do mercado e da cultura do movimento) [...] e essa incorporação de disciplinas, por um lado, acarretou a descaracterização da especificidade dos currículos dos cursos de licenciatura plena e, por outro, não dava consistência à formação das competências específicas requeridas para atuação profissional nos diferentes campos de trabalho fora do âmbito escolar.

Com o crescente aumento da realização de pessoas praticantes de atividades e exercícios físicos fora do âmbito escolar, e a regulamentação da Resolução nº 03/87, fez com que aumentasse a discussão da separação dos titulados, pois havia uma área de trabalho em emergente expansão. Um dos argumentos utilizados pelos defensores da criação da lei profissional, representados por Steinhilber (apud NOZAKI, 1999, p. 163), afirmava que “hoje as atividades nestes segmentos são TERRA DE NINGUEM, são ESPAÇO VAZIO. Sendo espaço vazio, qualquer um pode ocupá-lo. Portanto devemos nós ocupá-lo antes que outros o façam [...]”. A conclusão desse argumento, segundo Nozaki (1999, p. 163), só pode ser uma, “salve-se quem puder – ou melhor traduzindo, resguarde a sua fatia do mercado quem puder”, ou seja a disputa se estabelece entre os próprios trabalhadores.

Neste sentido surge a tematização da formação do bacharel em Educação Física, e ainda por trás desta, a luta em uma guerra contra o tempo para criação e aprovação de uma legislação específica para regulamentar o profissional de Educação Física. Sob essa ótica, voltada para restringir a entrada e/ou permanência de pessoas atuando nestes locais, pois, conforme Steinhilber (apud NOZAKI 1999, p. 164), “Qualquer pessoa, com qualquer formação e, mesmo sem nenhuma formação pode atuar em academias, clubes, condomínios, etc”.

No ano de 1998, a Câmara do Ensino Superior do CNE (Conselho Nacional de Educação) convoca uma gama de especialistas em diversas áreas do conhecimento para que formem uma comissão de ensino com a intenção de

participar em um processo de reformulação curricular dos cursos de graduação em licenciatura.

A primeira comissão¹ indica algumas alterações em sua nova proposta de diretrizes curriculares estabelecendo:

Que a formação superior em Educação Física deverá ser em curso de graduação que confere o título de 'graduado em Educação Física' (extinguindo-se, portanto, as duas titulações, a de licenciado e a de bacharel), com aprofundamentos em campos de aplicação profissional, visando a atender às diferentes manifestações da 'cultura do movimento' da sociedade, considerando as características regionais, de mercado, relacionadas ao campo de atuação profissional. (TAFFAREL; LACKS, 2005, p. 90).

Depois de transcorridos dois anos, o prazo do mandato da primeira comissão havia se encerrado. Em 2001, assume por nomeação do CNE a segunda comissão de especialistas², composta preponderantemente por defensores Conselho Nacional de Educação Física (CONFEF). Essa comissão estabeleceu uma proposta de Diretriz Curricular da Educação Física totalmente divergentes à anterior. Nessa passa a existir a formação de dois títulos específicos para o curso de Educação Física, sendo um para a licenciatura e outro para o bacharel já definidos na formação.

Segundo Taffarel e Lacks (2005, p. 94), para o CONFEF:

Ficaria sem sentido a proposta das diretrizes curriculares da Educação Física, que estabelecerá uma graduação com intervenção, tanto a área formal como na informal, consenso entre os diretores das escolas de Educação Física e apresentada pela comissão de especialistas da Secretaria de Ensino Superior, do MEC. Já que homologado o novo parecer, todas as áreas deveriam ter dois cursos específicos, um para a licenciatura e outro para o bacharelado.

No dia 8 de maio de 2001 são aprovadas pelo CNE as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena, por meio do Parecer CNE/CP 09/2001. Este Parecer foi muito criticado pelas Instituições de Educação Superior (IES) e por organizações e associações nacionais em defesa da formação do educador que defendiam a necessidade das diretrizes considerarem três aspectos: o processo, a concepção e o conteúdo.

¹ Essa Comissão de especialistas foi composta pelos seguintes membros: Elenor Kunz, Emerson Silami Garcia, Helder Guerra de Resende, Iruan Junqueira de Castro e Wagner Wey Moreira.

² Essa Comissão de especialistas foi composta pelos seguintes membros: Edla de Araújo Lira Soares, Éfrem de Aguiar Maranhão, Eunice Ribeiro Durham, Guiomar Namó de Mello, Nelio Marco Vincenzo Bizzo e Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira e Silke Weber.

Em relação ao processo, de acordo com Taffarel e Lacks. (2005, p. 92):

O Conselho Nacional de Educação desconsiderou as diretrizes encaminhadas pelas universidades e demais instituições de ensino superior no País, como também ignorou documentos produzidos pelos movimentos dos educadores e encaminhados às comissões de especialistas;

Quanto ao dimensionamento dado à concepção, “as diretrizes aprovadas têm clara intenção de fragmentar os cursos de formação, separando o curso de Pedagogia dos demais cursos de licenciatura, afirmando a distinção entre licenciatura e bacharelado” (TAFFAREL; LACKS, 2005, p. 92).

A crítica em relação ao conteúdo das diretrizes curriculares foi de que:

Tem, como único objetivo, formar professores para que eles façam a reforma educacional do Ministério da Educação chegar às salas de aula. O conteúdo aparece como produto e o conceito de pesquisa é a apropriação do que já foi produzido. É o professor procurando conteúdos para melhorar a prática.

Partindo destas premissas, algumas entidades educacionais desfavoráveis ao parecer, realizam e participam de fóruns para discutir sobre o assunto e produzir novos documentos articulados com o trabalho já acumulados.

Entretanto, em fevereiro de 2002 o CONFEF consegue aprovar uma resolução dispendo sobre a intervenção do profissional de Educação Física – Resolução 046/02 – cujo objetivo primordial é a delimitação do perfil profissional definindo na graduação suas competências e atribuições necessárias ao profissional de Educação Física.

As novas diretrizes, propostas pela segunda comissão, tomam como base a Resolução 046/02, homologadas pelo CNE pelo Parecer nº 138, coadunam-se com os pressupostos gerais da formação, ditados pelo Parecer nº 09/2001 (TAFFAREL; LACKS, 2005).

Após a intervenção do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), mediante envio cartográfico solicitando ao CNE a não aprovação do projeto e ao ministro da Educação a revogação da homologação da resolução sobre as Diretrizes da Educação Física, juntamente com o pedido do Ministério do Esporte, o CNE decide revogar a aprovação das diretrizes propostas pelo CONFEF no Parecer nº 138/2002. (TAFFAREL; LACKS, 2005).

Inicialmente a sugestão oferecida foi de montar uma agenda de discussões (fóruns, congressos, reuniões e encontros) para emitir um juízo de um

projeto substitutivo, conseguir espaço em audiências públicas para polemizar o tema e indicação de um parlamentar como relator, conhecedor da área, para dar continuidade no processo de aprovação da lei.

Com o ressurgimento da possibilidade de aumentar os debates em torno deste tema, foram sendo apresentados, pelo CNE, CBCE e Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC, projetos substitutivos ao Parecer nº 138, ou então a exposição de ideias de emendas para a proposta em andamento.

Em maio de 2003, o professor Dr. Helder Guerra de Resende indicou à SESu a composição de uma terceira comissão de especialistas³ para analisar e propor reformulações a respeito das premissas conceituais, das competências e habilidades e da estrutura curricular dos campos de conhecimento constantes no Parecer CNE/CES nº 138/02. No mês de novembro do mesmo ano (2003), acontece uma reunião em Minas Gerais, na cidade de São Lourenço, já com um novo relator (membro do CES/CNE) para as Diretrizes Curriculares de Educação Física (TAFFAREL; LACKS, 2005)

De início o novo relator, o professor Dr. Éfren Maranhão, requisitou a fixação das competências gerais na proposta e na ocasião alguns especialistas da área da Educação Física estavam presentes e foram convidados para opinar sobre o Parecer. Ao final da reunião foi apresentado um novo projeto substitutivo pela comissão de Educação Física referente ao Parecer nº 138/02.

A CBCE, por meio de um Grupo de Trabalho Temático, promove um encontro em dezembro, na cidade de Vitória, no Espírito Santo, para analisar o conteúdo do substitutivo e o próprio Parecer, rejeitando-os a partir da consideração de cinco questões relevantes:

A primeira referente à divisão da formação em licenciatura e bacharelado; a segunda diz respeito ao objeto de estudo da área 'o movimento humano'; a terceira ressalta que a concepção de formação adotada segue o modelo das competências; a quarta aponta o conhecimento específico da área tratado de forma reducionista; finalmente, a quinta, refere-se ao aligeiramento na formação, que diminui o tempo de duração do curso. (TAFFAREL; LACKS, 2005, p. 97).

O Grupo Temático "Formação Profissional e Mundo de Trabalho", do CBCE, sugeriu estabelecer uma discussão mais ampla, que levasse em conta todas as construções de diretrizes formuladas em instituições acadêmicas e científicas.

³ Que foi composta pelos seguintes professores: Helder de Guerra de Resende, Maria de Fátima da Silva Duarte, Iran Junqueira de Castro, Zenólia Christina Campos Figueiredo e João Batista Andreotti Gomes Tojal.

Ainda no último mês do ano de 2003, acontecem duas audiências públicas na capital do país, em que foi colocada em pauta a discussão da resolução da comissão de especialistas. Conforme relatado por Taffarel e Lacks. (2005, p. 97):

A proposta de diretrizes foi construída em consenso, envolvendo o Ministério dos Esportes, os dirigentes de escolas de Educação Física, o Conselho Federal de Educação Física e o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Tal consenso revelou-se frágil em sua inconsistência teórica. O próprio relator, Éfren Maranhão, questionou o bacharelado por tratar-se de uma idéia retrograda. A representação estudantil também rejeitou a fragmentação da formação, evocando a articulação entre projeto de sociedade e formação profissional e defendendo a cultura corporal como objeto de estudo da Educação Física.

Ao final do segundo dia de audiência pública, o relator aconselhou a formação de uma nova comissão de especialistas, neste caso sendo a quarta comissão⁴, para debater os quatro pontos considerados como principais: a licenciatura ampliada; a ampla participação no processo das diretrizes; a não fragmentação do conhecimento na organização curricular, a sólida base teórica, tendo como objeto de estudo a Educação Física e a cultura corporal.

De acordo com Taffarel e Lacks (2005, p. 98), no dia,

29 de janeiro do corrente ano (2004), a nova comissão de especialistas apresentou o resultado do seu trabalho ao CNE, mantendo a ideia da divisão na formação, a concepção de competências e o entendimento do objeto da Educação Física como o 'movimento humano', os três pontos centrais nas divergências sobre a área.

O resultado foi a aprovação das Diretrizes Curriculares nacionais para os cursos de graduação em Educação Física (Resolução CNE, 07/2004) desconsiderando o amplo debate realizado até então. Uma das principais ideias desconsiderada foi a de uma formação baseada na concepção de currículo ampliado. Para entendermos um pouco sobre essa proposta passamos a explicitar alguns dos seus princípios centrais.

2.2 A CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO AMPLIADO

⁴ Embora tenha sido pesquisado o nome dos membros que compuseram a comissão do CNE, suas alcunhas não foram localizadas.

Essa ideia proposta anteriormente acima de incorporação de diferentes disciplinas recebe uma visão aprimorada proposta pelo Coletivo de Autores (1992), de concepção de currículo ampliado. Tal concepção é abordada como o conhecimento da teoria geral de forma a fundamentar a reflexão e a prática pedagógica no processo de escolarização. Conforme o Coletivo de Autores (1992, p. 27),

Originária do latim curriculum, currículo significa corrida, caminhada, percurso. Por analogia tem-se uma primeira aproximação conceitual - o currículo escolar representaria o percurso do homem no seu processo de apreensão do conhecimento científico selecionado pela escola: seu projeto de escolarização.

A função social do currículo é realizar a reflexão pedagógica do aluno fazendo-o pensar em sua realidade social por meio de uma lógica comparativa, ou seja, inicialmente toma para si o conhecimento científico, que não fora desenvolvido na escola, e essa por sua vez somente lhe dá um tratamento metodológico a fim de facilitar a compreensão/apreensão, para que então ocorra um confronto com o “saber que o aluno traz do seu cotidiano e de outras referências do pensamento humano: a ideologia, as atividades dos alunos, as relações sociais, entre outras”.

Ainda de acordo com o Coletivo de Autores (1992, p.27), “a qualidade dessa reflexão é determinada pela natureza do conhecimento científico selecionado e apresentado pela escola. A essa ordenação denominamos de eixo curricular”. Este eixo curricular é o que irá restringir a pretensão da escola para com o aluno entre a ampliação da compreensão e apreensão da capacidade intelectual reflexiva dos alunos e o seu limite. É por meio deste eixo que surge o quadro de disciplinas, matérias e/ou atividades curriculares.

São as diferentes áreas do conhecimento inseridas nesse quadro e tratadas de modo sistematizado que vão formar um alicerce para uma visão totalitária do aluno, de forma a permiti-lo a constatar, interpretar, compreender e explicar a realidade social complexa, pois cada uma das áreas do conhecimento vai dar um espectro parcial da totalidade na medida em que o objetivo de cada uma das disciplinas seja o de cumprir sua função social no currículo.

Cada matéria ou disciplina deve ser considerada na escola como um componente curricular que só tem sentido pedagógico à medida que seu objeto se articula aos diferentes objetos dos outros componentes do currículo. Pode-se dizer que uma matéria ou disciplina é legítima ou relevante para essa perspectiva de

currículo quando a presença do seu objeto de estudo é fundamental para a reflexão do aluno e a sua ausência compromete a perspectiva de totalidade dessa reflexão. A relação entre as matérias enquanto partes e o currículo enquanto todo é uma das referências do conceito de currículo ampliado (COLETIVO DE AUTORES).

2.3 A RELAÇÃO DO CONFEF COM A APROVAÇÃO DAS DIRETRIZES

Concomitantemente as discussões referentes às diretrizes curriculares, ocorria uma “corrida” pela aprovação do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF). Era outro tema antigo pertencente a área que ganhava destaque.

Para compreendermos um pouco melhor a influência desse processo sobre a formação em Educação Física, vale uma mirada sobre o desenvolvimento histórico para a aprovação da Lei 9696/98 que cria o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e os Conselhos Regionais de Educação Física (CREF's) e sua relação com os debates em torno das Diretrizes Curriculares, com as reflexões na elaboração e reelaboração até chegar na legislação atual.

No âmbito da Educação Física, a respeito da regulamentação da profissão, o período precursor é em meados dos anos 40 e 50, por meio do professor Inezil Penna Marinho e outros. Eles lançaram a ideia da criação de uma “Ordem” ou “Conselho”, fazendo um comparativo com outras profissões já regulamentadas naquela época, devido ao fato de haver pessoas atuando em áreas não-formais e a formação nos cursos de graduação em Educação Física ter foco no ensino escolar. Por não haver uma lei que desse amparo legal a prática da profissão no ambiente não-formal das atividades físicas, “À exceção das aulas curriculares, em qualquer outro espaço onde se dinamizava atividade física, qualquer um podia atuar”. (CONTURSI, 1999, p. 5).

Um Projeto de Lei, com base nas profissões de psicologia e medicina, fora desenvolvido pelo Prof. Benno Becker e feito questionamentos sobre a designação do nome dado de Profissional de Educação Física, já que, de acordo com o Prof. Inezil não poderia ser nomeado de Professor de Educação Física, pois “A denominação ‘Professor de Educação Física’ é adjetiva e, por isso, não pode ser formado um Conselho de Professores de Educação Física”. (CONTURSI, 1999, p. 9).

Após levado ao conhecimento do deputado Darcy Pozza (PT-RS), o mesmo o apresenta à Câmara dos Deputados, como Projeto número 4559/84. Com a aprovação dos Deputados, este é enviado ao Senado recebendo o número 57/86, mas que fica parado por alguns anos. Com o interesse manifestado pela Associação de Professores de Educação Física (APFE) do Rio de Janeiro, em especial o Prof. Jorge Steinhilber, juntamente com o Prof. Estélio Dantas, que contataram o senador Nelson Carneiro (por intermédio da vereadora Laura Carneiro, filha de Nelson), e depois de ter-se manifestado a favor do Projeto, coloca-o na pauta do Senado Federal, sendo aprovado em dezembro de 1989 e remetido a sanção presidencial. (CONTURSI, 1999).

O Projeto de Lei enviado na época ao presidente José Sarney para aprovação foi vetado, na terceira e última etapa do processo de regulamentação, “com a justificativa de que os professores já estavam subordinados ao MEC e, por isso, já estariam devidamente controlados”. (ALMEIDA et al, 2009, p. 279).

No ano de 1987, o Parecer 215/87 e a Resolução 03/87 possibilitam a formação dos cursos de licenciatura e bacharelado para a área da Educação Física, mas não realizavam qualquer menção sobre a designação aos egressos do curso de bacharel em Educação Física.

A APFE-RJ, diante do exposto, realiza debates com a finalidade de criar um movimento de mobilização da categoria, liderado pelo Prof. Jorge Steinhilber, para regulamentar a profissão de Educação Física, já que, com o Parecer, emergia uma nova área de atuação para o bacharelado, e que de acordo com Almeida et al (2009, p. 279) “surgiu um espaço de atuação profissional que não era regulamentado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) à época”.

A partir disto, o Prof. Jorge Steinhilber iniciou um Movimento Nacional a Favor da Regulamentação, com o objetivo de resguardar um lugar dentro da prática de atividades físicas que não fora regulamentado ainda por alguma profissão e amparados do discurso pelo propósito de ressalvar a sociedade garantida pela condução das atividades serem ministradas por profissionais habilitados e devidamente registrados em um Conselho.

Conforme Contursi (1999, p. 4), “Uma das principais razões para a luta em prol da regulamentação é o fato de haver pessoas atuando, dinamizando, orientando e ministrando atividades e a profissão não existir”.

Assim,

O grupo favorável à regulamentação defendeu a necessidade de proteger o mercado de trabalho, já que pessoas sem uma formação adequada intervinham nas diferentes áreas que o educador físico atuava, faltando, muitas vezes, postos de trabalho. (ALMEIDA et al, 2009, p. 280)

Afirma Almeida et al (2009, p. 279 e 280) que “A ideia principal era limitar quem poderia atuar na área da Educação Física, afirmando que apenas poderão operar os profissionais registrados no CREF”.

O passo seguinte, após o fortalecimento da campanha nacional promovida pela APFE-RJ, foi a busca por um político que estivesse interessado em apoiar o Movimento favorável a Regulamentação da Profissão de Educação Física e apresentar o novo Projeto de Lei, com a finalidade de ser aprovado no plenário da Câmara dos Deputados (este Projeto recebeu o número 330/95).

Naquela circunstância, o então Deputado Federal Eduardo Mascarenhas, ao ter-se manifestado adepto ao significado do Movimento, coloca-se a disposição de levar o Projeto de Lei para apresentação dos parlamentares, e no ano de 1995 é aprovado o substitutivo pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, sendo midificado algumas estruturas no texto como a criação do Conselho dos Profissionais de Educação Física e o de Dança.

No início do ano de 1996, o Deputado Federal Paulo Paim (PT- RS) foi designado como relator do Projeto de Lei 330/95 na apreciação da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. No mesmo ano, ao assistir uma conferência em Porto Alegre, promovida pela UFRGS para tematização do projeto, Paim verificou que havia uma resistência por parte de alguns profissionais da área, e que se utilizando do princípio democrático promoveria audiência pública para dirimir as dúvidas. (CONTURSI, 1999, p.16-17).

Para dar continuidade ao substitutivo do projeto, a APFE-RJ, em apoio ao deputado estadual do Rio de Janeiro Bernard Hajzman e a deputada Laura Carneiro (PT/RJ), acordam em reunião a apreciação e aprovação, para o próximo dia, do projeto na reunião de Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. “Assim foi que no dia 22 de outubro de 1997, o Projeto, com substitutivo, é aprovado em reunião ordinária unanimemente e remetido para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação”. (CONTURSI, 1999, p. 21).

No momento seguinte a aprovação, segundo Contursi (1999, p. 21),

Na Comissão, o projeto é apreciado pelo relator e, paralelamente, são levados a efeito conversações com o Gabinete Civil, já procurando produzir

texto que contemple tanto a Câmara como o Executivo, visando a aprovação do projeto.

As conversas com o Gabinete Civil tinham a intensão de sensibilizar o executivo para sanção pelo presidente do Brasil, naquela época o senhor Fernando Henrique Cardoso. A sanção presidencial e promulgação da lei só aconteceram no dia 2 de setembro de 1998, devido a demora na conclusão final da redação no Gabinete Civil, apresentado pelo relator, o deputado Pedro Canedo (PP-GO).

2.4 A EDUCAÇÃO FÍSICA E DIVISÃO DOS MERCADOS DE TRABALHO

A relação do mercado de trabalho com o profissional de Educação Física no Brasil, realizando um breve resgate histórico, nos remete até os anos da década de 80, período em que o professor de Educação Física, reconhecido pela sociedade em geral, encontrava-se presente e inserido nas escolas, clubes e locais públicos para prática de exercícios e atividades físicas.

Após este período, ocorreu uma modificação no mercado de trabalho, e percebeu-se de acordo com Scherer (2005, p. 31 e 32) que:

A ampliação do campo de intervenção profissional seguiu caminhos influenciados por uma visão de rendimento pautada por uma perspectiva de desenvolvimento profissional ligada ao individualismo e ao funcionalismo, com ênfase na preocupação estética, característica da sociedade capitalista. Foram construídas outras atividades, antes não exercidas pelos professores de Educação Física, por exemplo, a ginástica laboral, o treinamento físico personalizado, a recreação em hospitais, e as mais diferentes atividades de academias (aulas de ginástica, musculação, lutas, danças, alongamento, etc.) com o objetivo de melhorar o rendimento no trabalho, de embelezar corpos e de explorar culturalmente a busca de uma qualidade de vida, normalmente relacionada com o consumo de bens [...].

Essencialmente nesse período histórico do país, ocorreu o fortalecimento do neoliberalismo por meio da crise de Estado e das privatizações das empresas públicas, caracterizando a ampliação do mercado de trabalho de caráter individualista em decorrência do insucesso das soluções coletivas (SCHERER, 2005).

Ainda segundo Scherer (2005, *op.cit.*) “esse processo de ampliação foi sustentado por uma visão capitalista que transformou as relações de trabalho, a partir dos anos 80, fragmentando o mercado”.

Neste sentido, até o presente momento de ruptura do mercado desencadeado por uma fragmentação dos setores de determinadas áreas, no âmbito de intervenção escolar o professor de Educação Física se encontrava pertencente em um mercado de trabalho organizado, cujo preceito legal lhe era assegurado através da regulamentação ligada ao MEC e respectivamente às Secretarias de Educação Estaduais e Municipais.

Sob este contexto de intervenção profissional associado a alterações de leis trabalhistas, emergiram dois movimentos nacionais fortemente ligados a temática das diretrizes curriculares e a regulamentação da profissão. O primeiro é o CBCE através de seus Grupos Temáticos de Trabalho e o outro o CONFEF.

De acordo com Scherer (2005, p. 39):

O CBCE é uma instituição que foi criada para debater academicamente os fatos ligados à área da Educação Física e dos esportes desde 1978. Ela é afiliada à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e reconhecida pelo Ministério da Educação como a principal entidade de produção científica da área de Educação Física. Seus membros participam ativamente de discussões sobre as diretrizes curriculares, tanto para a formação de professores do ensino básico, como para os cursos de graduação em Educação Física. O CBCE tem uma postura histórico-crítica que faz refletir sobre as relações de exploração do trabalhador na área; defende o ensino público e de qualidade com as relações formais entre empregadores e trabalhadores, isto é, valoriza o emprego com estabilidade, com segurança, com salários adequados e com as vantagens indiretas que as lutas dos trabalhadores têm conquistados com o passar dos anos.

Enquanto ao outro, afirma Scherer (2005, p. 40) que:

O CONFEF foi criado em 1998 com o objetivo de regulamentar um campo de intervenção profissional de prestação de serviços à população brasileira, no que concerne às atividades ligadas à Educação Física nas suas mais diferentes manifestações. O CONFEF tenta regulamentar locais, profissionais e ações relacionadas com a atividade física no território nacional. Defende um discurso de que o profissional de Educação Física é um prestador de serviços, autônomo, e que aceita com mais facilidade as relações neoliberais desenvolvidos nas décadas de 80 e 90.

Quando surge o Parecer 138/1987, iniciando uma proposta de configuração curricular diferente para os cursos de bacharelado no país, já que até aquele momento havia somente cursos de licenciatura, aspirou-se deste modo delegar uma competência específica durante a graduação, a fim de se inserir um profissional no mercado de trabalho não organizados. Entretanto os cursos de licenciatura poderiam atuar nesses locais fora da escola. Essas diretrizes foram rediscutidas até a homologação do Parecer 776/97 (CES/CNE).

Este impasse só se acaba com a aprovação do Parecer 9/2001 (CES/CNE) que define a formação específica de professores para o ensino básico, terminando com a profissionalização de caráter generalista.

Realizando um comparativo entre esta divisão dos diferentes currículos de graduação para a área da Educação Física com a relação aos meios de produção do mercado de trabalho, ou seja, para o bacharelado e para a licenciatura, buscou-se garantir ou assegurar, desta forma, a formação profissional para a competência das áreas formais, bem como para o contexto dos espaços não organizados, também chamados de extra-escolar.

Desta forma, o trabalhador que pertencente as áreas da Educação Física, assim como outras áreas, tem que vender sua única mercadoria, que é à força de trabalho. Esta, que por sua vez, o adapta às condições de mais alta precariedade, escravizando-se aos ditames do mercado de trabalho, justificada na busca de formação humana voltada para a empregabilidade, no desenvolvimento de competências individuais como saída de uma crise de desemprego estrutural, tentando garantir condições mínimas para a reprodução da vida na forma de trabalho alienado ao padrão do sistema capitalista de produção. (NOZAKI, 2005).

Segundo Nozaki (2005, p. 13):

O mercado de trabalho, na sua forma apologética, opera apenas como um parâmetro de referência no qual se pode vender força de trabalho. Nessa lógica, à classe trabalhadora só resta procurar melhores nichos desse mercado, como num jogo de gato e rato. No entanto, o trabalho ali por ela empregado, em sua forma alienada, só lhe traz furtos para continuar reproduzindo sua própria força de trabalho para o capital. Assim, circunscrevemos que a análise em torno simplesmente do que o mercado de trabalho significa, sobretudo nos limitaremos à interrogação de qual é a atividade, seja no interior da Educação Física, seja em qualquer outra área, onde o capital demanda mais trabalhadores para este momento e, conseqüentemente, para onde devemos destinar a formação profissional.

Com o intuito de informar com mais clareza os aspectos defendidos que permearam (e continuam) referente a divisão do mercado de trabalho explanados no texto acima, transcrevemos alguns dos discursos defendidos pelos órgãos que eram a favor e contra a regulamentação da profissão de Educação Física.

2.4.1 Os principais argumentos a favor e contra a Regulamentação

Dentre os diversos argumentos sustentados pelo grupo favorável a aprovação e regulamentação da lei que institui a profissionalização dos graduados em Educação Física, é a proteção do mercado de trabalho dos profissionais de Educação Física, já que e de acordo com o texto mencionado anteriormente, a presença de pessoas não habilitadas e de formação não adequada ou até mesmo sem nenhuma, para intervir nos locais onde se faz a prática das atividades físicas estaria retirando postos de trabalho gerando um exército de reserva.

Outro argumento que fora defendido é de que a população estaria informada, e por tanto saberia, que posteriormente a regulamentação toda e qualquer atividade física iriam ser ministradas por profissionais com capacitação específica garantindo a qualidade no desenvolvimento das atividades, protegendo assim seus usuários.

Contrários aos argumentos apresentados pelos idealizadores da promulgação da lei, o grupo defensor da manifestação contrária a regulamentação propõem sobre a não formação de uma reserva de mercado para a atuação, pois mesmo que não houvesse pessoas de outras áreas atuando no âmbito não formal, ocorreria a substituição dos profissionais recém formados em busca de trabalho e conseqüentemente por um salário menor, no lugar do profissional de Educação Física mais experiente que ganha uma renda superior. E, de acordo com Nozaki (1998, p. 7), “nada impede dos proprietários das academias os substituírem por profissionais recém-formados, no intuito de diminuição do orçamento salarial.”

Há também a argumentação do processo referente a regulação dos profissionais de Educação Física ocorreu de forma ilegítima, que baseado em teses equivocadas e corporativistas, bem como o falso consenso da área descrito para ludibriar e persuadir a categoria sustentados de meios alienados, excludentes e coercitivos, com privilégio de certos grupos, ferindo a participação democrática (MOVIMENTO NACIONAL CONTRA A REGULAMENTAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2012).

Neste instante passamos a fazer uma análise geral dos assuntos tratados até o momento, para após, buscarmos um posicionamento sobre as discussões do trabalho em seu aspecto totalitário.

Os levantamentos realizados ao longo dos anos sobre as diretrizes curriculares de graduação em Educação Física, expostas anteriormente nos capítulos acima, nos remete a uma reflexão sobre a fragmentação das áreas de

atuação das práticas das atividades físicas, decorrentes do movimento neoliberalista da década de 80 e 90, momento histórico este que alavancou a ascensão do capitalismo no país, tratado no âmbito escolar como uma política de reforma educacional.

No entanto essa ruptura do mercado de trabalho, provocando segmentações no setor da área da Educação Física e em outras, desencadeou a solução ideal encontrada para que o governo pudesse controlar e manipular os trabalhadores, mediante a compra ou exploração da força de trabalho alienado.

Inicialmente os profissionais, na grande maioria professores, de Educação Física eram quem ministravam a intervenção das atividades físicas nas escolas, clubes, praças públicas, etc. Com a crise dos anos de 1980 e 1990, tais profissionais rumaram para a intervenção de novos espaços como a ginástica laboral, recreação hospitalar, entre outras, ocorrendo a especialização individualista e empregabilista decorrente do capitalismo. Neste aspecto, algumas IES procuraram modificar seus currículos, na tentativa de formação profissional específica para os trabalhos não organizados. Esta experiência não emplacou, pois os licenciados também podiam atuar nesses espaços.

Sob uma ótica diferente, mas com enorme relevância, o CONFEF é instituído por meio de um aparato de movimentação e apoio político e começa a participar e influenciar, com a inserção de defensores favoráveis a regulamentação da Lei 9.696/98, as tematizações relacionadas a formação profissional tratadas e orientadas pelas diretrizes curriculares.

A partir do Parecer CNE/CP nº 9/2001 e a Resolução CNE/CES nº 1/2002 que regulamenta a formação específica para os professores da Educação Básica, inicia a ruptura do caráter generalista para a Educação Física. Conseqüentemente a esse parecer começa a se definir a divisão na intervenção do mercado de trabalho emergindo uma escolha de qual das formações estaria sendo melhor para o âmbito de intervenção que comportasse os profissionais sem criar um exército de reserva.

Após várias discussões das temáticas sobre as diretrizes curriculares, a quarta comissão de especialistas quando decide em manter a ideologia de extinguir a licenciatura ampliada (mantendo a divisão na formação) e definir a concepção de competências e encerrando esta discussão, quebra o caráter generalista da formação profissional.

O que colocamos como posicionamento nesse momento é de que a Educação Física sendo uma área do conhecimento que se utiliza da interdisciplinaridade para explicar as diferentes manifestações da cultura do movimento humano, o teor das discussões deveria ter sido da ampliação ou expansão da carga horária, para um tempo mínimo de cinco anos (realizando um comparativo com os cursos de medicina e engenharias), de modo que as IES construíssem seus próprios currículos com a finalidade de manterem um currículo único. Assim minimizaria os meios de exploração da força de trabalho alienado, pertencentes ao padrão capitalista e concomitantemente a divisão da classe.

A interrogativa que esta reflexão nos leva a investigar é de que mesmo com essa quebra, ou separação das classes trabalhadoras, na formação dos profissionais de Educação Física, é se o ENADE, em sua prova específica para a área formal (licenciatura), consegue abordar em sua única prova os questionamentos avaliados, de formação geral e conhecimento específico, estando em consonância com os conteúdos das disciplinas que fazem parte da estrutura curricular composta nas diretrizes curriculares para a formação docente em Educação Física.

No próximo capítulo, buscaremos analisar as questões de formação geral e conhecimento específico no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e averiguar se somente esta prova consegue estar de acordo com a reflexão mencionada anteriormente.

3 CRIAÇÃO DO ENADE E SUA OPERACIONALIZAÇÃO

O MEC nestas últimas décadas procurou desenvolver mecanismos para poder avaliar o conhecimento dos graduados dos diversificados cursos de formação do ensino superior existentes no país. Entretanto inicialmente buscou quantificar estes dados a partir de um Exame Nacional de Cursos (ENC), o qual verificava em uma única prova o conhecimento do acadêmico concluinte. Ao mesmo tempo atribuía uma nota ou conceito para as IES's de acordo com a nota obtida por seus respectivos estudantes.

Em um estudo sobre as análises dos estudantes Vendramini (2005), relata que o ENC não se constituía de uma medida de avaliação da aprendizagem, pois a qualidade dos cursos era medida a partir do desempenho dos concluintes nos exames em uma dada circunstância, não sendo possível inferir nada sobre quanto os cursos agregavam de conhecimentos aos estudantes.

Com este método de avaliação, e dada a incompatibilidade de verificar apenas uma única parte do sistema educacional superior, o governo teve a percepção da necessidade de modificação deste meio de sistema avaliativo e criou uma nova proposta capaz de integrar harmonicamente os vários componentes da avaliação – estudantes, professores e infraestrutura - chamado de SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior).

Conforme o Brito et. al. (2004, p.33):

Dada a complexidade do sistema é impossível analisá-lo na totalidade e utilizando um único instrumento. Tal complexidade requer múltiplas análises, diferentes abordagens e momentos distintos. Busca-se compreender o complexo através da compreensão das partes componentes. Cada componente é analisado de maneira diferente de acordo com suas especificidades, porém o sistema deve ser recomposto para a explicação do todo.

É por meio desta vasta gama de componentes que estão inseridos em um sistema de avaliação nacional que neste capítulo iremos verificar como se desenvolveu a transformação de avaliação do ensino superior por meio de uma única prova (ENC) para o SINAES e assim buscar reconhecer a concepção de Educação Física inserida na prova da área do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Conforme Brito et. al. (2004, p.33):

A proposta de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES, 2004) procura integrar de forma harmônica as varias dimensões componentes da avaliação. Busca a integração das dimensões internas e externas, particular e global, somativo e formativo, qualitativo e quantitativo e os diversos objetos e objetivos da avaliação.

De acordo com Limana⁵ e Brito⁶ (2006, p.17),

Os principais elementos da avaliação proposto pelo SINAES são a auto-avaliação orientada, a avaliação da instituição, avaliação dos cursos de graduação e o Enade. Estes elementos estão inseridos na concepção do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, concepção esta que toma a avaliação como processo que efetivamente vincula a dimensão formativa a um processo de sociedade comprometido com a justiça e a igualdade social. Nesta concepção, todos os procedimentos avaliativos e os instrumentos que compõem o Sinaes precisam estar concordantes com a ideia da avaliação como um sistema dinâmico e em constante aperfeiçoamento.

Dentre os principais elementos pertencentes ao processo de avaliação proposto e integrado ao sistema citados acima, o Exame Nacional de Desenvolvimento do Estudante (ENADE) é o que estará recebendo uma maior mirada para contemplarmos a transição do antigo sistema de avaliação com o atual.

O ENADE foi regulamentado através da Lei nº 10.861 de 14 de julho de 2004, cujo objetivo é o de apurar e certificar um processo de avaliação nacional que atinja as IES, seus respectivos cursos de graduação e o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, já que este novo modelo de exame avalia não só os estudantes concluintes, mas também os acadêmicos recém-inclusos na graduação, possibilitando constatar a intervenção da IES no decorrer da vida acadêmica de seus estudantes, além de questões transdisciplinares que envolvem o conhecimento de forma geral.

Conforme Trindade⁷ (2007, p. 41):

Além da avaliação dos conteúdos programáticos, das habilidades e competências, é feita a aplicação do questionário sócio-econômico com a finalidade de compor o perfil dos estudantes, integrando informações do seu contexto às suas percepções, vivências, investigando a percepção desses estudantes frente a sua trajetória no curso e na Instituição de Educação Superior (IES) em que estuda.

⁵ No momento de escrita do artigo, ocupava o cargo de Coordenador Geral do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes do DEAES/INEP/MEC.

⁶ Consultora do DEAES/INEP/MEC.

⁷ Foi presidenta da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior de 2004 a 2006 e do Conselho Nacional de Educação: Câmara de Educação Superior em 2006.

O ENADE é operacionalizado por meio de quatro instrumentos de avaliação que são: a prova, o questionário de impressões sobre a prova, o questionário socioeconômico e o questionário aplicado aos coordenadores de curso.

Nesta ordem de operacionalização primeiramente é enviado aos participantes do exame um questionário socioeconômico ou questionário do estudante, tratado com esta denominação por outros autores. Este é enviado antecipadamente aos universitários para que possam responder as questões⁸ no instrumento de coleta de informação e que tem por objetivo averiguar o contexto político-social do participante sendo entregue no dia da realização da prova.

De acordo com Limana e Brito (2006, p. 22), a prova

busca aferir o desempenho do estudante e a análise dos resultados pode mostrar se o estudante teve ou não desenvolvimento nas suas competências, se é capaz de trabalhar os conteúdos aprendidos, e principalmente, a capacidade do estudante para usar o conhecimento para seu desenvolvimento. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes busca verificar o que o estudante é capaz de fazer com o conhecimento adquirido e não “o quê” e “quanto” ele aprendeu.

A prova do exame é dividida em duas partes, ou seja, uma parte da prova com o conteúdo de forma geral – contendo dez questões –, enquanto a outra parte aborda a especificidade de cada área do conhecimento. Essa parte da prova é composta por trinta questões, que

buscam verificar o domínio da área, aferindo o potencial de aprendizagem dos ingressantes e as competências que os concluintes desenvolveram ao longo da trajetória na IES. Estas questões devem contemplar a especificidade de cada área e de suas modalidades, tanto no domínio dos conhecimentos da primeira, quanto no das habilidades esperadas para o perfil profissional, investigando o que o estudante é capaz de realizar a partir dos conhecimentos e atividades disponibilizados pelo curso. Isto é feito através da exploração de níveis diversificados de complexidade. A prova, na parte de formação específica, é elaborada com base nas Diretrizes Curriculares, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e também no perfil profissional de cada curso, contemplado os saberes fundamentais exigidos em cada área profissional. (LIMANA; BRITO, 2006, p. 35).

Amplamente contraditório ao antigo sistema de avaliação que determinava a aplicação de uma única prova para todos aqueles estudantes concluintes dos cursos de graduação, o ENADE admite a utilização de métodos amostrais que envolvem aqueles universitários em seu período de entrada e

⁸ No último ENADE esse questionário foi constituído por 103 questões.

respectivamente de saída do curso, aspirando assim analisar as transformações e os ganhos ao longo de sua passagem na instituição.

Conforme Ristoff⁹ (2006, p. 12),

Se o Enade não é um exame centrado no estudante, não se está tentando medir a partir daí a capacidade do estudante para o exercício profissional, como seria, por exemplo, o Exame da Ordem dos Advogados. Se o Enade não tem essa natureza, ele pode perfeitamente ser feito por amostragem. O interesse não está no indivíduo especificamente. O Enade pode, portanto, ser feito, e por isso mesmo, é feito por amostragem.

Os acadêmicos que através do sorteio não foram listados para participarem do exame podem fazer sua inscrição e compartilhar da execução da prova, entretanto ficaram de fora dos resultados analisados pela comissão do ENADE mesmo que ainda irá receber o relatório de sua nota no exame.

Como se pode averiguar, de acordo com Limana e Brito (2006, p. 33-34),

O Enade é a transição entre o antigo sistema (ENC ou provão) e um novo modelo que só pode ser implantado gradualmente. O antigo sistema avaliava de(sic) cursos através do provão e o próprio nome Exame Nacional de Cursos já dava essa idéia. Todos os estudantes eram submetidos ao exame e, através deste resultado, eram atribuídas notas aos diferentes cursos.

Dentro das Diretrizes para a Avaliação Externa para as Instituições de Ensino Superior, o CONAES¹⁰ (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior) estabelece no Parágrafo 3º do Art. 3.º da Lei nº 10.861/04 que:

A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Estes conceitos, de acordo com a legislação, estabelecem a gradação dos níveis da seguinte forma:

O Art. 32 da Portaria nº 2.051, de 09.7.2004, por sua vez, estabeleceu que os conceitos fossem assim codificados: • Conceitos 1 e 2 – situação ou desempenhos fracos; • Conceitos 3 – mínimo aceitável; • Conceitos 4 e 5 – situação ou desempenhos fortes. (BRASIL, 2006, p. 20).

O primeiro ENADE, realizado imediatamente após a sua regulamentação, ocorreu no dia 7 de novembro de 2004 em âmbito pátrio e contemplou 13 áreas do conhecimento tais como: Agronomia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia,

⁹ Naquele momento, Diretor da Diretoria de Estatística e Avaliação da Educação Superior (DEAES/INEP/MEC).

¹⁰ Órgão responsável em supervisionar e coordenar o SINAES.

Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Odontologia, Nutrição, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Zoologia.

Neste novo método de exame estão inseridos os estudantes selecionados pelo INEP por meio de uma lista que é enviada anteriormente pelas IES's constando os nomes dos acadêmicos do primeiro e último ano da graduação. Quando o número de estudantes de um curso é baixo, todos os estudantes do semestre derradeiro são convocados a participarem da realização da prova.

O Exame Nacional de Desenvolvimento do Estudante é realizado pelo INEP, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), conforme as diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES (BRASIL, 2011, p. 7).

A prova referente ao ano de 2011 teve sua realização no dia 6 de novembro, quando foram contemplados para a avaliação os estudantes dos seguintes cursos de bacharel em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia, bacharel ou licenciatura em Biologia, Ciências Sociais, Computação, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática e Química, licenciaturas em Pedagogia, Educação Física, Artes Visuais e Música; e tecnólogo em Alimentos, Construção de Edifícios, Automação Industrial, Gestão da Produção Industrial, Manutenção Industrial, Processos Químicos, Fabricação Mecânica, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Redes de Computadores e Saneamento Ambiental regulamentado pela Portaria Normativa nº 8, de 15/04/2011.

A última prova do ENADE ocorreu no ano de 2011 e contou somente com a participação dos acadêmicos egressos dos cursos aludidos anteriormente e suas efetivas inscrições ficaram sob a responsabilidade das IES. Os estudantes que tiveram sua iniciação no Ensino Superior no referido ano, foram dispensados da participação no exame.

O Questionário do Estudante, instrumento relevante para a coleta de informações sobre o perfil socioeconômico do estudante, foi respondido via método eletrônico, passando deste modo a exigir que, antes de conhecer o local para realização da prova (sempre em colégios estaduais), o estudante inscrito no exame tivesse que transmitir o seu perfil para reconhecimento do SINAES, sua avaliação sobre o curso, bem como a instituição de ensino superior a qual pertence.

A prova dividida em duas fases, a primeira de conhecimentos gerais e a segunda alusiva a especificidade, contou com o total de 40 questões, divididas em 35 perguntas objetivas e 5 discursivas, dentre as quais as primeiras eram as questões objetivas de número 1 a número 8 referentes à formação geral, além das perguntas discursivas número 1 e número 2 pertencentes a primeira parte, enquanto as questões objetivas de número 9 até a de número 35, contemplam a parte de conhecimento específico, sendo as questões discursivas de número 3 a número 5 relativas a última parte.

Após as perguntas que tratam do conhecimento geral e específico, havia 9 questões do questionário de percepção da prova, que tinha a finalidade de mediar as dificuldades dos participantes. Apresentamos abaixo a configuração da prova mediante nossa análise das questões.

4 AVALIAÇÃO DA AVALIAÇÃO

Neste capítulo buscaremos apresentar as análises realizadas ao longo do estudo, sobre os dados que permeiam a parte de formação geral e componente específico, da última prova do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS DE FORMAÇÃO GERAL

A análise da parte de formação geral foi constituída antecedentemente de uma leitura interpretativa das questões, buscando-se verificar os temas sugeridos pelo exame. Ainda que arrolados conteúdos interessantes, constatamos que para responder às questões o candidato não necessitava possuir de um conhecimento prévio sobre tal assunto, pois o próprio exame contém um caráter de interpretação dos extensos enunciados. Deste modo há apenas a necessidade do estudante extrair os dados coerentes e consonantes para a resposta correta.

As perguntas com a finalidade de interpretação dos enunciados direcionam nossa reflexão no sentido de que o exame busca averiguar a capacidade de percepção do candidato em extrair informações dos textos, analisando dessa forma o nível de interpretação do estudante.

Com a finalidade de alcançar uma operacionalização mais adequada para o entendimento das questões, optamos por apresentar a descrição que realizamos das mesmas para expor o que anunciamos acima.

De acordo com a interpretação da primeira pergunta, o poema elucidado faz uma distinção entre a classe dominante e a de subordinados, ou seja, a princesa e os escravos. Nesta interpretação, a composição do texto se refere aos privilégios concedidos à nobreza por meio do esforço e serviços prestados pela força de trabalho dos escravos.

Na segunda questão, o texto aborda o tema referente à exclusão digital, conceito que diz respeito às classes sociais que ficaram à margem do fenômeno da informação e da extensão das redes digitais. Este problema da exclusão digital se apresenta como um dos desafios dos dias de hoje, tendo em vista que o

conhecimento é essencial para aumentar a produtividade e a competição global, e fundamental para a invenção, para a inovação e para a geração de riqueza.

Nesta questão, o acadêmico terá que compreender o contexto da sociedade contemporânea, em especial àquelas menos favorecidas e interpretar as proposições explicitadas como corretas, em relação ao termo exclusão digital, referente à falta de acesso às vantagens e aos benefícios trazidos por essas novas tecnologias, por motivos sociais, econômicos, políticos ou culturais, verificando que das alternativas corretas, cuja resposta é, um mapeamento da exclusão digital no Brasil permite aos gestores de políticas públicas escolherem o público alvo de possíveis ações de inclusão digital e que o uso das TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) pode cumprir um papel social, ao prover tais informações àqueles que tiveram esse direito negado ou negligenciado e, portanto, permitir maiores graus de mobilidade social e econômica.

Na pergunta três, o exame traz primeiramente um texto, extraído de um jornal, que trata a cibercultura como componente utilizado para a participação das pessoas, com troca de informações e conhecimentos e essa decorrendo em um nível igualitário a todos. Relaciona que os ideais do pensamento iluminista (igualdade, fraternidade e liberdade) estão inseridos na transmissão desses conteúdos de cada pessoa para as demais, na livre participação em comunidades virtuais, além do inter-relacionamento com o mundo respectivamente. A interpretação dessa compreensão, que o participante deve ter, é que a cibercultura seja uma continuação e/ou inserção dos pensamentos iluministas.

Na questão número quatro, o texto aborda o sistema educacional brasileiro sendo discutido nos períodos históricos vivenciados no país, e que com o passar dos anos ganha cada vez mais enfoque, até o momento cuja educação passa a ser direito de todos, com vista à preparação da cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho, a partir da Constituição de 1988. Relata ainda sobre a garantia da escolarização desde crianças até aos adultos como dever do Estado, incluídos os com idade anterior ao início da alfabetização. Em seguida, o exame pede ao participante que interprete as asserções, bem como se suas relações entre si são verdadeiras e se uma justifica a outra. Desta forma a primeira asserção diz que a relação educação e cidadania se estabelecem na educação como condições necessárias à consolidação da democracia no país, justificada pela segunda porque, a garantia do direito acesso à educação, incluindo os jovens e adultos fora da idade

escolar, decorrem da atuação dos Poderes Executivo e Legislativo, com o passar do século XX.

A pergunta cinco traz uma imagem de mapa da região amazônica, com dados referentes a áreas de desmatamentos ocorridos entre junho de 2010 a junho de 2011, e que o ritmo de desmatamento na Amazônia Legal diminuiu no mês de junho de 2011, segundo levantamento feito pela organização ambiental brasileira IMAZON (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). No mapa estão transcritos graficamente, áreas indígenas, unidades de conservação federal e estadual, assentamento, hidrografia, entre outros, através de nove cores diferentes, locais em que ocorreu o desmatamento. Novamente a prova avalia a habilidade do candidato em interpretar as informações contidas na figura e no enunciado. Sendo correta a alternativa de que num período de dez meses, ou seja, entre agosto de 2010 e junho de 2011, três estados brasileiros (Amazonas, Rondônia e Mato Grosso) são responsáveis por cerca de 84% do desmatamento na Amazônia Legal.

A questão de número seis consiste inteiramente da interpretação e compreensão do participante para entender o significado da figura. Essa por sua vez, constituída do gráfico em forma de “x”, e no seu interior desenhos de duas retas (ascendente e descendente) que representaria a relação direta entre tempo de permanência na escola e nível de salário. A análise retirada da figura e a alternativa correta referem-se de que quanto maior for o tempo de permanência na escola e conseqüentemente com a elevação no nível de estudo, surge maiores oportunidades de salários bem pagos.

Na questão número sete, o tema abordado foi referente ao desenvolvimento sustentável, como forma atender às necessidades atuais sem comprometer as futuras gerações. Cita as diferentes visões do campo de desenvolvimento sustentável, conceitualmente dividido em três componentes: sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica e sustentabilidade sociopolítica. Com esse sentido, a alternativa correta, e conforme nossa análise pressupõe que sua redefinição reflita nos efeitos socioeconômicos, valores reais de consumo e de preservação.

A questão oito é extraída de um texto que aborda a forma de tratamento que os burgueses ofertavam à classe trabalhadora inglesa. Nesse contexto, apelidos eram dados a essa classe mais desfavorecida com a finalidade de ridicularizá-los. Nesse contexto o candidato deveria interpretar que o governo britânico empenhava-

se em difundir a ideologia de que todos os problemas ou mesmo manifestações dos trabalhadores eram advindos dos próprios proletários.

Além das questões objetivas, a prova de conhecimento referente à formação geral, também possui duas questões discursivas. Diferentemente das questões objetivas, em que o conhecimento não é determinante para as respostas, aqui o estudante candidato precisa conhecer minimamente o tema, ou seja, os indicadores não estão necessariamente postos no enunciado. Porém, na análise do padrão de respostas esperadas, verificamos que a abordagem dos conteúdos fica bastante restritiva, como podemos verificar em nossa análise.

A primeira pergunta discursiva trata da educação à distância, destacando em seu enunciado dados a cerca dessa modalidade de ensino. A questão solicitava ao candidato que apresentasse e justificasse três vantagens da educação a distância. Abaixo segue os dez itens que o gabarito estabeleceu como padrão de resposta.

(i) flexibilidade de horário e de local, pois o aluno estabelece o seu ritmo de estudo; (ii) valor do curso, em geral, é mais baixo que do ensino presencial; (iii) capilaridade ou possibilidade de acesso em locais não atendidos pelo ensino presencial; (iv) democratização de acesso à educação, pois atende a um público maior e mais variado que os cursos presenciais; além de contribuir para o desenvolvimento local e regional; (v) troca de experiência e conhecimento entre os participantes, sobretudo quando dificilmente de forma presencial isso seria possível (exemplo, de pontos geográficos longínquos); (vi) incentivo à educação permanente em virtude da significativa diversidade de cursos e de níveis de ensino; (vii) inclusão digital, permitindo a familiarização com as mais diversas tecnologias; (viii) aperfeiçoamento/formação pessoal e profissional de pessoas que, por distintos motivos, não poderiam frequentar as escolas regulares; (ix) formação/qualificação/habilitação de professores, suprimindo demandas em vastas áreas do país; (x) inclusão de pessoas com comprometimento motor reduzindo os deslocamentos diários (BRASIL, 2011, p. 1).

Ao observarmos os itens indicadores das respostas certas, verificamos que há uma tendência em enaltecer essa modalidade de educação, como se ela praticamente não tivesse problemas ou questionamentos. Dá a impressão que ela é melhor e superior em termos de atendimento à população, do que a educação presencial. Isso se destaca principalmente nos itens i, ii, e iv, mas os demais também possuem a mesma característica.

A segunda pergunta trata do índice de analfabetismo em relação às condições de vida nas regiões brasileiras, propondo que a faixa etária e diferença de gêneros interferem nas taxas dos indicadores. Para essa resposta, o estudante deve fazer uma dissertação referente às ações educacionais dos programas

governamentais para extinção do analfabetismo e de geração de empregos no país considerando as diferenciações das classes sociais e apontar proposta para queda no analfabetismo e ascensão de empregabilidade. Como realizado na primeira questão, destacamos novamente o exemplo de resposta enfatizado pelo ENADE.

De acordo com Brasil (2011, p. 1):

O estudante deve abordar em seu texto:

- identificação e análise das desigualdades sociais acentuadas pelo analfabetismo, demonstrando capacidade de examinar e interpretar criticamente o quadro atual da educação com ênfase no analfabetismo;
- abordagem do analfabetismo numa perspectiva crítica, participativa, apontando agentes sociais e alternativas que viabilizem a realização de esforços para sua superação, estabelecendo relação entre o analfabetismo e a dificuldade para a obtenção de emprego;
- indicação de avanços e deficiências de políticas e de programas de erradicação do analfabetismo, assinalando iniciativas realizadas ao longo do período tratado e seus resultados, expressando que estas ações, embora importantes para a eliminação do analfabetismo, ainda se mostram insuficientes.

Nossa análise é que essa questão apresenta um nível de dificuldade maior em relação à primeira, ao mesmo tempo em que possibilita ao candidato uma interpretação mais autônoma, isto é, não tão direcionada como na primeira.

Passamos agora a apresentar a análise das questões da parte de conhecimento específico da educação física.

4.2 ANÁLISE DO COMPONENTE ESPECÍFICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Cabe ressaltar que entre as vinte e sete das trinta questões objetivas que compõem a parte do conhecimento específico, uma delas foi anulada por problemas nas alternativas de respostas.

Para análise das questões elaboramos um quadro temático organizado em núcleos de conhecimento – conhecimentos da Educação Física e conhecimentos pedagógicos – que identificamos no conjunto das questões objetivas e questões discursivas da prova do ENADE para a licenciatura em Educação Física, em seu componente específico. O quadro abaixo ilustra essa situação com a expressão dos temas específicos abordados nas questões.

QUADRO 1 – Núcleos de conhecimento do componente específico da Educação Física – Prova ENADE/2011

Núcleos de Conhecimento	Temas específicos e nº de questões	nº total de questões no núcleo
Conhecimentos da Educação Física	Atividade física e saúde (4)	21
	Esporte (3)	
	Dança (1)	
	História da Educação Física (1)	
	O Ensino da Educação Física (8)	
	Tecnologias da informação na Educação Física Escolar (2)	
	Conhecimento corporal e antropomórfico (2)	
Conhecimentos Pedagógicos	Currículo (2)	08
	Ensino e Didática (4)	
	Sociologia da Educação (1)	
	Pedagogia de Projetos (1)	

Fonte – autoria nossa.

Identificamos que esse resumo expresso no quadro não é definitivo, ou seja, uma questão que está no núcleo de conhecimento da Educação Física, por exemplo, pode também conter elementos de outro núcleo, como o de prática de ensino e didática. Porém ele serve de referência para constituição da análise em relação às dimensões do conhecimento da Educação Física, conforme expressa na Resolução nº 7 do CES/CNE, de 31 de março de 2004.

Dessa análise chegamos a compor outro quadro em relação às dimensões:

QUADRO 2 – Abordagem das dimensões do conhecimento (Resolução CES/CNE 07/2004) na prova do ENADE (2011) para a licenciatura em Educação Física

Dimensões do conhecimento	Nº de vezes abordada	Número das questões
Biológica	6	19, 27, 30, 31, 33, 34
Cultural	7	11, 13, 14, 16, 21, 30, 34, discursiva 4, discursiva 5.
Social	11	9, 11, 13, 14, 15, 18, 19, 24, 28, 30, 34, discursiva 5.
Didático-pedagógica	13	10, 13, 14, 15, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 33, 35, discursiva 3, discursiva 4, discursiva 5.
Técnico-instrumental do movimento humano	19	9, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, discursiva 4, discursiva 5.

Fonte – Autoria nossa.

Essa dissecação da análise da abordagem das dimensões do conhecimento no exame de 2011 do ENADE para a licenciatura em Educação Física revela certa distribuição e emparelhamento das dimensões. Prevalece, no entanto, a técnico-instrumental, ainda que a dimensão didático-pedagógica apareça bastante, a dimensão social surge em destaque em relação à cultural e à biológica.

Retirando as dimensões técnico-instrumental e didático-pedagógica, inerentes da formação docente, a questão social, em nossa análise, reflete sobre uma postura na formulação do exame em tematizar as abordagens críticas da Educação Física escolar, apresentando um aspecto progressista. Analisaremos essa questão mais adiante, quando procuraremos expor as abordagens pedagógicas presentes no exame.

Nossa exposição, nesse momento, se articula nos núcleos de conhecimento que identificamos: conhecimento da Educação Física, conhecimentos pedagógicos. Procuramos identificar quais dimensões do conhecimento, conforme previstas pelas Diretrizes Curriculares, cada questão ou grupo de questões expressa. Ressaltamos que cada questão pode expressar mais de uma dimensão, como procuramos demonstrar na exposição da análise.

Passamos, então, à apresentação da análise das questões.

4.2.1 Núcleo Conhecimentos da Educação Física

A pergunta de número dezoito, o enunciado trata da relação em torno do aumento das doenças crônicas degenerativas e do sedentarismo. Indica que em virtude desse acréscimo a prática de atividades físicas permanentes ou regulares são ações para combater os agravos clínicos e estabelecer prevenções. Neste contexto, a resposta certa, de que o estudante deve assinalar, é de que na escola as aulas de Educação Física englobam a participação dos alunos (crianças, adolescentes e jovens), justificada não somente no desenvolvimento das habilidades motoras, mas também na promoção e incentivo a um estilo de vida saudável, com prática de atividade física em todas as fases da vida, sendo a escola um espaço estratégico para esta conscientização.

Nossa análise perante esse apontamento realizado pela questão é de que encontrasse pertencente à dimensão do conhecimento social (relação ser humano-sociedade), apresentando que a comunidade escolar está imediatamente pronta para a prática das atividades físicas e adoção de um estilo de vida mais ativo, no entanto não faz distinção dos aspectos de periodização e intensidade, além dos hábitos culturais e alimentares, que são condições peculiares do cotidiano das pessoas.

Na questão trinta e quatro o tema de Atividade física e saúde ressurge sobre a influência da prática de atividade física como prevenção em relação às doenças degenerativas, citando o diabetes *mellitus*, e a adoção de um estilo mais ativo, sendo mudanças que dizem respeito ao padrão comportamental, portanto complexas. As proposições são verdadeiras e se justificam quando a segunda asserção trata relativamente sobre a similaridade entre a atividade física e a saúde como um comportamento determinado pela interação das dimensões pessoal, biológica e sociocultural.

Sobre essa questão, em nossa análise, verificamos que consegue englobar aspectos mais complexos que influenciam os hábitos de saúde das pessoas aludidas as pessoas com doenças degenerativas, e que ainda indicam as dimensões determinantes no sentido pessoal, sociocultural e biológica. O que a questão não discute é sobre a conscientização das pessoas, podendo ser aquelas que ainda não apresentam os quadros clínicos positivos de sintomas dessas doenças, ou ainda que sejam praticantes para a manutenção da própria saúde.

Notasse que essas duas primeiras questões tratam de um mesmo assunto, a prática de atividades físicas como métodos de prevenção e delimitadores para o avanço de doenças degenerativas, e que se analisadas separadamente pouco versam sobre as dimensões identificadoras do conhecimento da Educação Física, mas no momento em que colocamos coadunadas, conseguem revelar um novo sentido, apontando a escola como um local propício para implementar uma conscientização, visto que a adoção de um estilo de vida ativo é determinado por mudanças no padrão de comportamento. Porém, não relacionam com as condições sociais em que vivem os alunos, se essas condições permitem ter “estilo de vida saudável”, isto é, como se as crianças estivessem prontas independente das condições sócio-culturais, como: habitação, problema de desemprego, dificuldade de alimentação, acesso à espaços públicos para brincarem, etc. Portanto pode-se questionar: é possível efetivamente uma “conscientização” como a questão deixa transparecer?

A pergunta dezenove tematiza à Atividade física e saúde, contextualiza a percepção **da professora** em torno de transtornos alimentares, prática excessiva de atividades físicas e padrões estéticos de corpo, fatores estes resultantes sintomas de anorexia apresentados **por uma aluna**. A pergunta estabelece que o comportamento ético-profissional da docente diante esses casos, remete a problematização e ao esclarecimento para os alunos dos efeitos clínicos que os transtornos alimentares podem provocar quando, também, associados a prática excessiva de exercícios físicos nos sistemas metabólicos, cardiovasculares, etc., e que os padrões culturais de corpos embelezados tem gerado uma elevação de desordem alimentar, principalmente no sexo feminino, agregando esse padrão de modelo corporal a uma ideologia de sucesso, aceitação social e liberdade.

Sobre essa questão, apontamos a indicação para duas dimensões de relação ser humano-sociedade, bem como na dimensão biológica do corpo humano, presente na postura e conduta ética da professora, envolvendo as percepções aos padrões fisiológicos para os sintomas de anorexia, como modelo cultural na sociedade associados principalmente ao sexo feminino em corpos magros.

Outra questão sobre Atividade física e saúde presente na pergunta vinte e sete abrange fatores sobre o aumento de massa muscular com a utilização de esteróides anabolizantes, **por parte dos alunos** inerentes aos padrões de embelezamentos estéticos associados a sociedade de bens de consumo e

aparência corporal. Nesse contexto o **professor** não conseguia resultados positivos, mesmo após conversas individuais. A tática adotada pelo docente deve ser, segundo o gabarito, a realização de atividades que proporcionam um estilo de vida mais saudável e relatar os perigos e efeitos danosos causados pelos anabolizantes.

Novamente é citado o ideal de embelezamento estético corporal imposto pela sociedade, e também através do fisiculturismo, embora não trate sobre esse assunto no enunciado. O docente, na perspectiva de resposta sugerida, atua no combate dessa problemática por meio didático promovendo hábitos mais saudáveis e relatando os malefícios da utilização dos esteroides anabolizantes. Ainda que no enunciado apresente-se a questão social, a resposta limita-se aos aspectos imediatos da aula, como se isso fosse descolada do conjunto de relações sociais em que os alunos encontram-se. E mais, a resposta enfoca o problema pela dimensão biológica.

As duas questões acima mencionadas também expressam um tratamento diferenciado em relação às questões de gênero. Primeiro como se fossem problemas diferentes, exclusivos de meninos e de meninas, que deve ser abordados por professores de distinto gênero: a anorexia das meninas abordada por uma “professora”, enquanto que o uso de esteróides anabolizantes, de uso dos meninos, por um “professor”.

Com relação à intervenção pedagógica e ensino do esporte, partindo do pressuposto da perspectiva de Educação Física como componente curricular, e definindo os conteúdos no âmbito da cultura de movimento, existe a preocupação no ensino do esporte de modo não hegemônico, desassociando as práticas esportivas como meros elementos técnicos e estimulando uma compreensão plural do fenômeno do esporte. A partir desse enunciado, a questão quatorze remete às alternativas de resposta de que o professor de Educação Física Escolar deve organizar a prática pedagógica de forma a garantir que os educandos apreendam os conteúdos com trânsito entre os saberes, que o esporte é um dos conteúdos da Educação Física e que leve à ampliação da compreensão das práticas corporais sociais e as suas próprias.

Verificamos a presença da dimensão didático-pedagógica e técnico-instrumental nessa questão. Nela relaciona o conhecimento que o docente deve ter para aplicar os conhecimentos didáticos necessários na ampliação da aprendizagem dos conteúdos relacionados às práticas corporais e cultura do movimento pelos

alunos, inter-relacionando a afinidade de conexão entre os saberes. Além disso, amplia a perspectiva do conhecimento da Educação Física, o que pode levar a compreensão de que se inter-relaciona, e ainda, com as dimensões social e cultural.

Ainda sobre a intervenção pedagógica, a questão de número vinte e seis, em seu texto inicial, menciona que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Física consideram as atividades físicas, recreativas e esportivas como direito de todos em conhecer e terem acesso a essas manifestações e expressões culturais, tematizadas por meio do esporte, da dança, da ginástica, entre outras. No entanto, a pergunta refere-se à intervenção do professor que deve, durante a prática esportiva de competição, conforme ao gabarito, nortear os alunos a se comportarem de forma respeitosa e solidária, que a competição respeite cada pessoa, sua liberdade individual e a integridade física, além da utilização de jogos de mesa, em dias de chuva, para orientação e compreensão das regras da sociedade e para a promoção da atividade infantil, do pensamento e da liberdade.

Observa-se que a abordagem da competição limita-se ao respeito entre os alunos, sem questionar a representação social desse tema, isto é, que o esporte moderno se estabeleceu sobre o princípio da competição na estruturação da sociedade capitalista, em que um dos pilares é a concorrência entre os indivíduos em contraposição à possibilidade da cooperação. Portanto, ainda que a questão seja da dimensão didático-pedagógica, a proposição de abordagem do conteúdo se mantém sob a orientação tecnicista, não coadunando com a perspectiva das Diretrizes Curriculares de uma educação que estimule a transformação social.

Nesta última temática respectivamente sobre a intervenção pedagógica, a questão número trinta traz em seu contexto a utilização de recursos de multimídia nas aulas de Educação Física. Segundo o gabarito, tais recursos servem como facilitadores na inter-relação e mediação do conhecimento multidisciplinar, que incitem ao julgamento dos valores éticos e morais, auxiliem na compreensão de regras dos jogos, na avaliação de valores de práticas esportivas nacionais e fora do país, bem como uma sequência didática de gestos esportivos mais difíceis, além do incentivo a discussões entre valores éticos e morais, e sobre pontos de vista biológicos que orientam o comportamento humano.

A análise em torno dessa questão, nos leva a pensar numa dicotomia no planejamento das aulas a serem abordadas, pois na primeira alternativa a percepção sobre a ampliação relacionada aos esportes apresenta traços da

esportivizada, enquanto na segunda, há semelhanças nas teorias críticas da Educação Física. Aborda a dimensão cultural ao propor o entendimento da valorização de práticas esportivas distintas em outros estados do país e em nações estrangeiras; e a dimensão social ao abordar a discussão entre valores éticos e morais; e a dimensão biológica referente as mudanças corporais norteadas pelo comportamento humano.

O tema dança, abordado pelo exame na questão vinte e três, em seu enunciado menciona a existência de oficinas como experiências pedagógicas adequando o conteúdo de dança na Educação Física Escolar a textos como contos, poemas, letras de música e frases, estimulando os educandos a fazer gestos, sequências de movimentos ou sentimentos e sensações com a invenção e improvisação. A subjetividade e as memórias desse tipo de trabalho geram pontes entre tais histórias e movimentos do seu trabalho corporal, estabelecendo diálogos. Nessa relação da dança, por meio da criação das atividades corporais e a decodificação de textos, a alternativa correta, de acordo com o gabarito, é a de que o ensino se faz nuclear em abordar uma dimensão didático-pedagógica e técnico-instrumental da dança como conteúdo da cultura corporal, propondo um trabalho envolvendo pesquisa e cultivo do diálogo entre a produção cultural da comunidade e da escola, além de ofertar propostas no desenvolvimento da dança como expressão do movimento humano no processo ensino-aprendizagem.

Em uma das alternativas, presente nessa questão, explicita o uso das dimensões dos conhecimentos didático-pedagógico e técnico-instrumental para a efetivação dessas oficinas. A abordagem da dança ocorre com elemento da cultura que precisa ser valorizado no interior da escola, em integração com outros elementos da cultura, como as produções literárias. Nessa integração indica-se a possibilidade de os alunos organizarem coreografias ou sequências de passos que expressem criação significativa **para os alunos**.

A Educação Física e a socialização e sistematização da cultura aparece na questão quinze, ressalta a aprendizagem com ênfase no gesto motor, desempenho de rendimento, competitividade e vitória a qualquer custo, materializada na história da Educação Física predominantes do ponto de vista do capitalismo. Perante essa realidade, as novas políticas educacionais denotam um modelo de Escola responsável pela socialização e sistematização da cultura, rompendo esse modelo de educação com vistas aos fatores decorrentes da

sociedade capitalista, e de acordo com a resposta correta, a Educação Física na escola, perspectivada na intervenção pedagógica consonante a esse modelo, pode contribuir no ponto de vista da cultura corporal, baseada na relevância social do conteúdo valorizando o seu sentido e significado.

As dimensões do conhecimento alusivas a essa questão pertencem as estruturas didático-pedagógica, social e técnico-instrumental, ou seja, os métodos utilizados para a socialização e sistematização da cultura, a relevância do contexto social e a metodologia abordada no campo específico da Educação Física respectivamente.

Vale lembrar que a proposta pedagógica ou abordagem didático-pedagógica que orienta sua intervenção pedagógica pela perspectiva da cultura corporal e sobre a relevância social dos conteúdos é a crítico-superadora, cujo centro do discurso está na justiça social no embate entre os diferentes interesses as classes sociais. Levanta questões de poder, interesse, esforço e contestação. Segundo Darido (2003), a pedagogia deve considerar não somente o como ensinar, mas também sobre como adquirimos esses conhecimentos, valorizando a contextualização dos fatos e do resgate histórico.

Na questão dezesseis, alusiva a história da Educação Física, está estruturada com duas asserções que devem ser relacionadas. A resposta correta, segundo o gabarito, aponta a primeira como verdadeira, quando indica que atualmente aconselha-se aos professores de Educação Física que se busca reconstruir a valorização de outras manifestações corporais rompendo a hegemonia dos esportes na escola, superioridade essa decorrente da herança desportiva das décadas de 1960 e 1980 e implantadas pelas políticas de governo na cultura esportiva, com modelo no sistema olímpico. A segunda asserção justifica a primeira, pois indica que no início do século XX, o esporte começou a servir como indicador dos níveis de modernização e crescimento dos países, enquanto o esporte tornava-se fenômeno social, passou a ser compreendido como conteúdo mais simbólico da Educação Física em relação às outras manifestações da cultura corporal.

Ainda que a questão procure versar, na primeira asserção, da importância de se buscar uma valorização para as demais manifestações corporais antes de explicar a forma crescente e interferente da presença esportiva como modelo para as práticas escolares de Educação Física, ela não faz referência sobre os aspectos críticos desenvolvidos posteriormente a esse período olímpico pelas teorias

progressistas, que por sua vez, surgem com a finalidade de dinamizar as atividades nas aulas para romper essa supremacia do esporte na escola. Podemos identificar nessa questão a presença da dimensão cultural, pois a difusão do modelo esportivo como único conhecimento para a Educação Física é uma questão histórica, ou seja, um decurso da simbologia olímpica representativa do século XX.

A metodologia do ensino aberto, prevista na questão vinte e oito, começa explanando as possibilidades de intervenção pedagógica por meio das abordagens metodológicas progressistas (a Desenvolvimentista, a Construtivista, o Ensino Aberto e a Crítico-Superadora), que buscam atender as exigências da prática escolar no ensino dos conteúdos da Educação Física. Na proposta de metodologia de ensino aberto, vislumbra-se ajustar o interesse decisório dos alunos em conteúdos que lhes são habituais articulados para a compreensão de sua aprendizagem.

Nossa reflexão da metodologia de ensino aberto, ou concepção aberta de ensino da Educação Física como descrita por seus autores, traz a ideia de que dessa forma se garantem o sentido do ensino os conteúdos nas aulas, que contraporia, por exemplo, à realidade descrita na questão treze, de que o conhecimento nas aulas de Educação Física tem ocorrido sem sentido aos alunos. Verifica-se na questão a dimensão técnico-instrumental e social. A ideia dessa concepção é de que os estudantes possam (re)construir, (re)criar as situações esportivas de modo crítico, em grupos ou não, emancipados por meio desse ensino de Educação Física (HILDEBRANDT; LAGING, 1986).

Em relação às correntes pedagógicas da Educação Física, a questão trinta e dois, apresenta duas asserções que devem ser relacionadas pelo candidato. A primeira asserção refere-se ao surgimento de propostas de ensino em consideração da abertura política da década de 1980. Conseqüentemente, a expansão dos estudos relacionado à elaboração de teorias para cada uma das propostas de ensino da Educação Física que, em todas elas, sempre se buscou estabelecer orientações de práticas aos docentes. Com a certeza de que, na grande maioria, os docentes têm uma percepção escassa das teorias pedagógicas, a segunda asserção está justificando a anterior, pelo fato de ainda ocorrer a permanência do modelo esportivizado adotado nas aulas por professores com formação tecnicista.

A questão debate a ideia de que mesmo com as orientações didáticas propostas por diversas abordagens para o conteúdo da Educação Física escolar, nos parece que a tendência de manter o modelo esportivo nas aulas, nos direciona a uma reflexão de acomodamento em relação aos próprios docentes. Evidencia-se que o trato da contextualização, sistematização e transformação crítica da cultura corporal é muito mais complexa e exigente para o professor, tornando mais cômodo a intervenção pedagógica tecnicista. Tematiza-se nessa questão a dimensão didático-pedagógico e, por consequência, o técnico-instrumental.

A pergunta trinta e um, pertinente a avaliação antropométrica, consiste em uma situação cujo grupo de professores de Educação Física de determinada escola são solicitados para realizarem um estudo dos alunos de acordo com o desenvolvimento físico-corporal, sendo a avaliação delimitada por duas variáveis que, conforme o gabarito, indica o tamanho dos segmentos superiores e inferiores e a diâmetro dos ossos (medidas com fita métrica e um paquímetro) e a periodicidade estabelecida trimestralmente abrangendo maior quantidade de aferições em um ano.

Nessa questão percebemos que os aspectos que norteiam a avaliação do desenvolvimento corporal dos alunos não mencionam as condições sócio-culturais dos alunos, ou seja, se estes têm condições, para além do âmbito da escola – e até mesmo nesse - para fazerem algum tipo de exercício físico, como por exemplo: qualidade de alimentação - regular e saudável -, condições de moradia. Enfim, menciona que bastam somente as dimensões, biológica no dimensionamento do corpo e técnico-instrumental ao utilizar duas variáveis, para compor o trabalho de avaliação antropométrica.

O tratamento dado pela abordagem do exame em relação à indisciplina surge na questão vinte e um, quando o texto trata das limitações para a atuação do professor perante a falta de disciplina, uma vez que o desrespeito às regras e às diferenças individuais e os comentários preconceituosos criam um ambiente de práticas excludentes em relação ao saber metodologicamente escolarizado. Assim, a pergunta traz duas asserções referentes ao texto. Segundo o gabarito, somente a primeira está correta. Diz que dentro da escola a indisciplina pode ser combatida com discussões sobre ética, em uma reflexão autônoma sobre os valores da sociedade. Desta forma os educadores devem contribuir para a participação dos estudantes na construção e no debate de normas condizentes ao ambiente educacional.

O bullying é um exemplo de indisciplina que está implícito nessa questão. Esse tipo de comportamento está associado aos padrões de negação das regras de sociedade, e que devem ser combatidos nas aulas promovendo discussões sobre essa indisciplina. Notamos também em nossa reflexão que o aspecto social é indicador a esse padrão de indisciplina, visto que o comportamento muda a medida que mudam os problemas sociais. Assim nas aulas, e na escola, a emancipação dos alunos em relação às causas dos problemas sociais deve ser contextualizada, associada aos valores sociais e democráticos que são fundamentais. As dimensões abordadas são a técnico-instrumental ao abordar métodos de coibir a indisciplina e dimensão cultural, pois o desrespeito as regras é uma questão inerente a cultura popular.

Na questão trinta e cinco, o enunciado tematiza as situações de jogo no processo ensino-aprendizagem na aula de Educação Física, em que uma professora apresenta o ensino do voleibol. A pergunta alude sobre quais os objetivos que devem ser priorizados no planejamento das dessas aulas. A resposta correta, consonante ao gabarito, preconiza as afirmações de que a professora deve considerar o nível de desenvolvimento dos alunos para a organização e a inclusão de regras, aumentar a percepção das noções táticas e técnicas garantindo a participação de todos no jogo e desenvolver fundamentos que possam ser utilizados em outros jogos.

Em nossa análise, as regras do voleibol já estão definidas, e independentemente do desenvolvimento dos alunos, as regras são as mesmas, pois estão voltadas para o esporte de rendimento, logo o ideal é apresentar as regras contextualizando de acordo com a situação cultural e social dos alunos. Este aumento das percepções táticas e técnicas nos mostram uma clara intenção da educação voltada mais para a esportivização, o que não irá garantir a presença de todos na aula, pois uma das características do esporte é a competição que leva ao selecionamento. Por último, a questão não levanta questionamentos em relação à cooperação, à solidariedade e à perspectiva de transformação social através do esporte. As dimensões didático-pedagógica e técnico-instrumental estão presentes nessa questão na organização da aula e no seu desenvolvimento.

Em relação à aprendizagem motora, questão número trinta e três, o enunciado trata sobre a aprendizagem dos fundamentos do basquete para uma turma de 6º ano. No início das atividades os alunos cometiam muitas falhas e erros,

no decorrer do processo conseguiram diminuir os erros relativos aos fundamentos técnicos, chegando num estágio na aprendizagem de identificar e corrigir os erros cometidos. De acordo com a ordenação dos estágios de aprendizagem motora, a resposta correta é de que primeiro ocorreu o estágio cognitivo, após o estágio associativo e por último o autônomo.

A questão trata da aprendizagem motora, implicitamente, numa tendência desenvolvimentista. Mesmo que seja importante o aprofundamento das capacidades de entendimento dos alunos em aprender o fundamento, no caso o do basquete, nossa reflexão é de que uma abordagem de desenvolvimento pedagógico dos fundamentos, perspectivada por uma proposta crítica do esporte, faria com que os alunos compreendessem a totalidade do esporte e sua contextualização, enquanto do outro modo, os alunos têm um entendimento somente do jogar o esporte. Essa questão compreende a dimensão didático-pedagógica, na transmissão dos fundamentos do basquete, e técnico-instrumental baseada no ensino tecnicista, além, da dimensão biológica a partir da capacidade de conhecimento do corpo quando os alunos identificam suas capacidades e seus próprios erros.

Em relação ao vínculo feito pelo exame, na questão vinte e quatro, sobre a Educação Física e as novas tecnologias, o assunto é proposto com a interrogativa de que um professor recém formado percebe que em suas aulas, ditas como tradicionais, os alunos pouco participam devido a não gostarem dessa metodologia. Assim a interpelação da prova é de que os recursos de mídia (incluídos a partir da LDB, Lei 9.394/96, que preconiza a formação do receptor crítico, inteligente e sensível frente ao grande poder de influência crescente que a mídia exerce sobre a cultura corporal), empregados pelo novo professor e a utilização dessas tecnologias pode favorecer o envio de conteúdos relacionados ao ministrado na aula de modo a ampliar debates; exibir vídeos como método motivacional para aprendizagem do conteúdo da disciplina; e utilizar vídeos esportivos estimulando espaços educativos mais dinâmicos e desafiadores, com interação.

Cabe ressaltar que essa ideia de transpor a discussão do conhecimento para além da escola é muito positiva, entretanto fica limitada quando sabemos que a maioria dos alunos não podem utilizar essas tecnologias fora da escola, que pode ter influência para a efetivação dessa didática proposta pelas alternativas da questão. A prova não leva em consideração os aspectos sócio-culturais nessa transposição dos ambientes, mesmo que seja crescente a inserção das tecnologias

de informação na vida das pessoas. A dimensão didático-pedagógica e técnico-instrumental é identificada ao se adotar os recursos midiáticos para a aprendizagem. A dimensão social ao utilizar as redes sociais para aumentar discussões dos conteúdos da aula e a dimensão cultural se considerada a crescente evolução dos conhecimentos e dos recursos de mídia.

O texto inicial da questão vinte e nove evoca os níveis de liberdade descritos pelo fisiologista russo Nicolai Bernstein, ou seja, relata sobre o grau de amplitude do movimento coordenado pelo sistema nervoso central e seus graus de liberdade. E em relação às asserções da prova, o estudante deve avaliar que o professor ao ensinar um movimento, no caso o de quicar a bola, percebe a variação dos estágios do padrão de movimentos fundamentais dos alunos classificando-os por uma avaliação fisiológica, sendo pertencentes ao estágio inicial, os alunos que tinham membros relativamente mais enrijecidos comparados com os alunos do nível elementar ou maduro, e que por sua vez executavam o movimento com os braços com maior amplitude, isto porque no estágio inicial se utiliza a diminuição dos componentes independentes do sistema por meio da rigidez muscular, facilitando na execução do ato de quicar a bola. Enquanto nos outros dois estágios, os graus de liberdade no sistema são mais independentes, o que o torna complexo e por tanto mais eficaz.

A questão aborda é o direcionamento da amplitude de movimento, que para os alunos com menor amplitude utilizam o enrijecimento de membros e tronco. A explicação está descrita por meio da fisiologia, assim como para aqueles que a amplitude é maior os graus de liberdade no sistema são mais independentes. O problema que observamos é de que essa avaliação não sirva como modo quantificador, mas de qualificador para estabelecer a sequência do desenvolvimento das aulas. A dimensão didático-pedagógica e técnico-instrumental encontram-se presentes no ato de ensinar do professor.

A questão dezessete aborda o tema da Educação Física inclusiva ou para pessoas com deficiência. Também com duas asserções a serem relacionadas, em que a primeira explana a ideia alusiva ao processo de atuação do professor, cujos métodos e planejamentos implicam somente na proposta de execução das atividades, com ênfase maior no atendimento das necessidades dos alunos, tendo o conteúdo da Educação Física escolar a ser explorado sem qualquer distinção. A segunda, também verdadeira, porém não justifica a primeira, pois compreende que

as aulas de Educação Física possibilitam a vivência e a compreensão de habilidades e a inserção social, quando adaptadas a estudantes com necessidades especiais, favorecendo a participação de todos (crianças e jovens) em jogos e danças adequadas às suas possibilidades, proporcionando a valorização e integração no grupo escolar.

A questão é alusiva ao tratamento metodológico direcionado das aulas de Educação Física adaptadas as pessoas com necessidades especiais, cujos conteúdos devem ser iguais para todos. A reflexão é a cerca de que a Educação Física direcionada no ensino regular para pessoas com necessidades especiais deve ser de inclusão e, no entanto, não aborda a discussão da inclusão social dessas pessoas dentro e fora das escolas. Mesmo com os seus direitos garantidos, continuam sofrendo preconceitos estereotipados pelas relações da sociedade capitalista. A dimensão envolvida nessa questão restringe-se ao técnico-instrumental no contexto do modo de planejamento e método desenvolvido para as aulas de Educação Física adaptadas.

Ainda pertencem a esse núcleo de conhecimento – da Educação Física – as questões discursivas três (3) e cinco (5), que passamos a apresentá-las a seguir.

A discussão realizada no enunciado da questão discursiva três se reporta ao § 3º, do Art. 26, da LDB, que define a prática facultativa dos alunos nas aulas de Educação Física, ainda que a disciplina esteja incluída como componente curricular obrigatório na Educação Básica. Solicita-se ao estudante formular um texto dissertativo expondo: a) o avanço decorrente da inclusão da Educação Física como conteúdo curricular obrigatório; e b) o “retrocesso” decorrente da facultabilidade da adesão à prática. O padrão de resposta esperado indica:

- a) O estudante deverá mencionar que a obrigatoriedade foi um avanço, apresentando justificativas. b) Os estudantes devem apresentar argumentos que contestem os critérios de dispensa. (BRASIL, 2011a, p. 2)

Essa questão discursiva avalia a percepção do estudante diante de aspectos divergentes apresentados na lei, pois ao mesmo tempo em que indica a obrigatoriedade da Educação Física, ainda que apareça como componente curricular, expressa indicadores que implicam na facultabilidade de adesão à prática. Nossa análise nos leva a perceber que a interpretação da lei deixa clara a intenção da Educação Física associada ao movimento do corpo. No entanto a questão, e a lei igualmente, não abordam uma reflexão mais importante sobre a obrigatoriedade e a dispensa, que versa sobre a relação da aula prática e da aula

teórica, ou seja, mesmo que os alunos não queiram participar no desenvolvimento da aula prática, por meio das atividades ou exercícios físicos, na aula teórica os alunos deve ter a obrigação de participar.

O enunciado alusivo às críticas feitas em relação ao modelo tradicional nas aulas de Educação Física Escolar (tecnicista, competitivista e esportivizado), por meio das abordagens inovadoras da década de 1980, com enfoque direto na atuação pedagógica, fundamentadas nos rigores científicos e filosóficos, existe divergências entre essas tendências críticas, de caráter teórico e didático. Reputando a essas novas abordagens. O exame solicita: (A) a distinção entre a seleção dos conteúdos nas diferenças tendências crítico-superadora e construtivista-interacionista; e (B) no tocante aos objetivos de ensino, as diferenças entre a aula tradicional tecnicista e a abordagem crítico-emancipatória.

Quando observamos o padrão de resposta fornecido pelos organizadores da prova, verificamos que o esperado é:

Parte (A)

O estudante deverá mencionar que a abordagem crítico-superadora propõe o desenvolvimento de conteúdos que envolvam a cultura corporal, como os jogos, esportes, lutas, ginásticas, e danças, contextualizando-as historicamente. Devem ser considerados os seguintes princípios tais como: relevância social, provisoriedade do conhecimento, espiralidade da incorporação das referências do pensamento, contemporaneidade dentre outros a partir de uma lógica dialética marxista. A abordagem construtivista-interacionista valoriza a cultura dos jogos e das brincadeiras como estratégias problematizadoras no contexto lúdico promovendo o desenvolvimento da criança.

Parte (B)

O estudante explicará que o tecnicismo tinha como objetivo o desenvolvimento da qualidade do gesto motor e da aptidão física, a formação de atletas tendo a Escola como base do Esporte de Rendimento. Ao contrário, a abordagem crítico-emancipatória objetiva a autonomia e crítica do educando perante a cultura corporal de movimento com estratégias de inclusão e participação democrática, onde os educandos re-significam, reconstróem criticamente os conteúdos da Educação Física. (BRASIL, 2011a, p. 2-3)

O tema central da questão é a seleção dos conteúdos – item “a” – e os objetivos de ensino – item “b” – nas diferentes perspectivas teóricas do ensino da Educação Física escolar. Nossa reflexão sobre a seleção dos conteúdos é alusiva a que são duas metodologias diferentes, mas da forma como estão apresentadas pode parecer que sejam complementares, uma vez que a cultura do jogo e da brincadeira – centro da construtivista-interacionista – são valorizadas por ambas as perspectivas. Porém, não consideram que essa perspectiva é uma tentativa de

conciliar bases pedagógicas antagônicas, ou seja, o construtivismo piagetiano com a perspectiva histórico cultural vygotskyano – ainda que haja controvérsias em relação a se considera essa última de “interacionista”. Identificamos que a primeira engloba o papel privilegiado do jogo e do brinquedo como instrumento pedagógico, pois enquanto a criança brinca ou joga aprende e desenvolve-se. A outra propõem que se considere a cultura corporal e sua seleção ocorra em relação à relevância social dos conteúdos, sua contemporaneidade e sua adequação às características sócio-cognitivas dos alunos. O que verificamos nessa análise é de que o professor, ao abordar os conteúdos, seja a brincadeira, o jogo, o esporte, a ginástica, etc., deve primar pelo ensino focado na transformação crítica dos educandos. Ainda que tenhamos uma análise crítica, não podemos deixar de registrar que a questão aborda as dimensões social, cultural, didático-pedagógica e técnico-instrumental.

Identificadas e analisadas as questões do núcleo de conhecimento da Educação Física, avançamos para o núcleo dos conhecimentos pedagógicos.

4.2.2 Núcleo dos Conhecimentos Pedagógicos

A partir de quatros gráficos que realizam uma projeção da população brasileira para as próximas três décadas em relação a situação de 2010, a questão onze apresenta duas asserções que devem ser interpretadas a partir dos dados dos gráficos. O gabarito indica que a primeira é falsa ao indicar a necessidade, nos próximos 30 anos, de aumento de escolas especializadas para educação de jovens e adultos. A segunda é verdadeira ao expressar o aumento da população de faixa etária entre 20 a 60 anos e um decréscimo populacional de 0 a 20 anos de idade.

Essa questão trata da dimensão social. Ainda que a questão não mencione, isso pode trazer implicações para o contexto educacional, com a estabilização da demanda para educação básica e o aumento para o ensino superior. Pode também ser uma abordagem da dimensão cultural uma vez que expressa indiretamente que haverá uma alteração no índice da natalidade por casal. Essa situação, ainda que não abordada pela questão e nem pela prova em sua totalidade, terá reflexos para a educação, pois a demanda de professores para a Educação Básica se estabilizará com potencial aumento para a Educação superior com o aumento populacional com idade superior a 20 anos.

A questão treze, a partir de uma tirinha da Mafalda, aborda a preocupação de uma aprendizagem com sentido aos alunos. Reflete sobre a formação alienada dos professores em transmitir os conteúdos sem qualquer sentido. Em seguida solicita ao participante que aponte, dentre as afirmações, quais estão corretas, sendo que é a de que a transmissão do conhecimento deve ser o objetivo central para o processo pedagógico, no sentido de reconhecer qual conhecimento se deve ensinar, a partir de uma reflexão perspectivada na prática social, possibilitando a compreensão para a transformação da realidade.

Nosso entendimento e reflexão da questão pode ser direcionada para determinados conteúdos tratados pelas diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, em um conteúdo que não faça parte do contexto social dos educandos, e que prevista na grade curricular, se o professor não souber realizar “links” para inter-relacionar esses conteúdos com a realidade dos alunos, poderá ocorrer uma educação sem sentido. A questão abrange a dimensão técnico-instrumental, pois trata de uma visão de perspectiva na prática social, também a dimensão didático-pedagógica na relação de reconhecer qual o conhecimento a ser ensinado, a dimensão cultural quando diz que os professores ensinam os conteúdos sem saber o verdadeiro sentido, e a dimensão social no momento em que reflete sobre a articulação dos conteúdos com a realidade social.

Na questão nove, em uma perspectiva crítica na Sociologia da Educação, o currículo é considerado uma ferramenta que a escola usa para definir seu plano educativo para consecução do projeto global de educação de uma sociedade, realizando, assim, sua função social. Entre as alternativas de resposta, segundo o gabarito, a correta é a que indica que o currículo reflete a proposta de educação da escola, que abrange a relação entre o ensino e a pesquisa no desenvolvimento profissional docente. A dimensão aqui abordada é a dos conhecimentos didático-pedagógicos.

A relação teoria e prática abordada pela questão vinte, em que sobre a dicotomia entre teorias educacionais e organização didática, traz no enunciado um professor de Educação Física que ao fazer um concurso público se deparou com a relação do planejamento das aulas de acordo com o contexto da escola, levando em consideração as características dos educandos, bem como a organização e sistematização da Educação Física em seus conteúdos (ginástica, esportes, jogos, lutas, entre outras). Essa questão realiza a relação da teoria e da prática e a

resposta correta dimensiona a reconstrução da prática na referência do conhecimento teórico/científico. Logo o professor ao refletir sua didática, com base nas abordagens pedagógicas, adequa seus conhecimentos com a conjuntura dos alunos e da escola.

Concordamos em nossa análise com as respostas dessa questão, de reconstruir a prática pedagógica alicerçada teoricamente. O que consideramos lapso da questão, apresentar somente uma postura pedagógica crítica, refletindo com o contexto social escolar. A questão aborda a dimensão didático-pedagógica e técnico-instrumental ao adequar as práticas pedagógicas de acordo com o conhecimento teórico/científico e a dimensão social considerando a conjuntura das características dos alunos e o contexto escolar.

Outra questão que aborda o tema teoria e prática é vinte e dois. Relata que a especificidade da Educação Física em seus conteúdos (ginástica, esportes, jogos, lutas, entre outras) estão elencados com os saberes (fazer, saber fazer, saber ser). A pergunta solicita apontar sobre o planejamento de ensino de Educação Física e sua organização. A resposta correta se refere ao nexo de organização estrutural das aulas, que se diversificam em práticas, teóricas e teórico-práticas, o que permite a comparação entre as dimensões do conceito, atitude e procedimento.

Em relação a essa questão, as dimensões citadas devem ser apresentadas didaticamente sob em aspectos teórico-prático, pois não existe somente aulas práticas, porque é necessário ter algum conhecimento teórico, mesmo que escasso para executar qualquer conteúdo da Educação Física. A dicotomia, supostamente criticada, entre teoria e prática permanece. As dimensões didático-pedagógica e técnico-instrumental também fazem encontram-se nessa questão.

Na pergunta de número dez, o texto inicial faz uma reflexão sobre o fazer docente (conjunto de procedimentos didáticos que englobam o planejamento, a avaliação e o ensino da aprendizagem), ou seja, a utilização dos mecanismos operacionais didáticos que compõem a transmissão e apreensão do ensinado. A questão solicita que o candidato identifique quais os conhecimentos e domínios necessários que o docente deve ter que, de acordo com o gabarito, são: o domínio de diferentes métodos de ensino e escolha de qual estará mais adequado para as características dos alunos; e o conhecimento dos conteúdos de sua disciplina abordados de modo contextualizados.

Em relação a essa questão, concordamos com a dinâmica das respostas expressas corretamente. Verifica-se a dimensão didático-pedagógica e técnico-instrumental nessa questão.

A pedagogia de projetos, presente na questão doze, considera a possibilidade do professor em utilizar recursos do laboratório de informática favorecendo o processo ensino-aprendizagem que, conforme a resposta correta, é aquela que apresentada no planejamento do educador um núcleo temático como problema significativo aos alunos, que utilizando os recursos tecnológicos pertencentes à escola, possa conduzir de forma didática suas aulas.

Esta questão em análise apresenta-se de acordo com a proposta da pedagogia de projetos, entendida também como uma educação progressista. Em crítica a esse modelo pedagógica, Brunelli (2012) a descreve como abordagem que propõe em seu sentido didático a promoção do ensino a partir da discussão de um núcleo tematizador que faça parte do cotidiano dos alunos. Dessa forma desperta-lhes o interesse coletivo, a iniciativa, a compreensão e a participação em grupos no levantamento de informações, que após discussão os leva a formulação de hipóteses ou de ideias, chegando finalmente na previsão ou solução do problema, e proposta pelo professor quando não há iniciativa dos alunos. Observa-se que o processo didático está centrado na iniciativa dos alunos, devendo o professor intervir somente quando não há iniciativa dos mesmos.

Além das questões objetivas, pertence a esse núcleo de conhecimento – pedagógicos – a questão discursiva número quatro (4). Vamos a sua análise.

O enunciado da questão discursiva quatro revela a tematização da iniciação dos esportes coletivos na escola, em que o professor deve considerar o conjunto de objetivos, o planejamento das aulas, os meios de intervenção pedagógica, a avaliação voltada ao progresso dos alunos e a integração de três dimensões de conteúdos pautados no saber: conhecer, saber e ser. Ainda relata das dificuldades de trabalhar os conteúdos dos esportes coletivos, pois os objetivos dos alunos, seus pais e professores sofrem interferências externas, tornando-os por tanto diferentes, que resultam na especialização precoce em habilidades motoras envolvidas nos jogos, cujo objetivo é resultante na busca de se tornar atleta e na participação prematura em competições. Além das ideias mencionadas acima, o enunciado também faz alusão da iniciação esportiva que deve ser uma das etapas no processo

de formação integral humana e o esporte servindo como meio para desenvolver os valores humanos.

Para esta situação, o estudante deve mencionar, conforme o padrão de respostas, a respeito da iniciação esportiva no contexto da Educação Física escolar, que

os conteúdos a serem desenvolvidos devem fazer parte do conhecimento dos alunos. Significa saber o que está sendo ensinado, compreendendo e interpretando esse conhecimento de forma cada vez mais ampliada e em níveis cada vez mais aprofundados (dimensão conceitual). O estudante deve aludir que o *saber fazer* está relacionado aos conteúdos procedimentais voltados para aprender a executar e refletir sobre os movimentos do jogo para que haja uma compreensão de suas finalidades. Os conteúdos procedimentais devem ser vivenciados e refletidos considerando as diferenças individuais. Deve considerar a interdependência entre os aspectos físicos (habilidades motoras condicionais), técnicos (como fazer) e táticos (o que fazer, por que fazer e quando fazer). O estudante deve mencionar que esta terceira dimensão está relacionada com a formação humana e social dos alunos. Por meio desta dimensão, são internalizados os princípios, os valores, e a convivência entre os seres humanos. Valores como a cooperação, respeito, aceitação das diferenças, priorização do diálogo, solidariedade, lealdade dentre outras. As regras do esporte devem ser um retrato de normas e atitudes que visam à preservação da integridade, da igualdade de oportunidades, e da justiça (dimensão atitudinal). Deve considerar a interdependência entre as dimensões.

Percebe-se aqui uma divisão do processo de desenvolvimento dos alunos caracterizado pelas dimensões conceitual, procedimental e atitudinal. Em relação ao processo de desenvolvimento ocorre de forma indissociável entre aprendizagem e desenvolvimento. A alusão ao conhecer, saber e ser como elementos distintos do desenvolvimento leva à possibilidade de compreender o processo de formação do aluno descolado do contexto social em que vive, nele intervindo após sua formação. Em relação às dimensões do conhecimento previstas pelas Diretrizes Curriculares se expressa aqui a cultural, a social, a didático-pedagógica e a técnico-instrumental.

Iremos a seguir identificar as tendências pedagógicas que expressam as questões do campo de conhecimento específico da área de Educação Física do ENADE/2011.

4.3 ABORDAGENS PEDAGÓGICAS DA PROVA DO ENADE/2011: COMPONENTE ESPECÍFICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

A partir das análises que realizamos até esse momento, buscamos identificar as manifestações das abordagens pedagógicas nas questões. Verificamos uma diversidade de perspectivas, bem como a presença de questões sobre temáticas gerais da educação em que não nos permitiu identificar uma postura pedagógica, como na questão sobre o desenvolvimento demográfico no Brasil nas próximas três décadas. Também verificamos casos em que a postura crítica em relação à Educação ou à Educação Física ficou explícita, porém sem vinculação clara a uma das proposições teórico-metodológicas. Quando essa vinculação tornou-se explícita a colocamos num quadro específico. Estabelecemos um grupo que denominamos de *posturas pedagógicas exortativas*, em referência ao que Avila (2008, p. 141), ao analisar a produção do conhecimento na pós-graduação em Educação Física no Brasil, denominou de posturas teóricas exortativas, ou seja, “a contradição posta em seus argumentos não podem levar a um efeito conseqüente sobre a Educação Física”.

O quadro que montamos abaixo ilustra as diversas abordagens pedagógicas da Educação e da Educação Física expressas no “componente específico” da prova de Educação Física do ENADE 2011. Um rápido olhar ao quadro nos permite observar que avaliamos uma questão como “pedagogia do apoio”. Classificamos uma vez que apresenta a atividade do professor de Educação Física como um apoio – ministrar uma palestra – à solução de um problema – comportamento pré-anoréxico de uma aluna. Essa postura expressa a secundarização do tema em relação à aula de Educação Física, pois não considera que possa ser tematizado no âmbito da tematização da corporalidade e sua produção no contexto histórico social.

É notável o índice de questões que abordam uma postura desenvolvimentista, maior em relação às demais, surgindo à reflexão uma tendência conservadora de Educação Física. Outro aspecto a ser considerado é o equilíbrio entre questões que expressam uma abordagem crítica da Educação Física com as questões de abordagem pedagógica exortativa. Vale ressaltar que essas últimas no momento em que possuem em seu interior uma contradição, terminam por favorecer

uma postura não-crítica, nos levando à ideia de transformação para a pedagogia desenvolvimentista.

QUADRO 3 – Abordagens pedagógicas nas questões de componente específico Educação Física – ENADE/2011.

ABORDAGEM PEDAGÓGICA	QUESTÕES	Nº TOTAL
Perspectiva crítica de Educação	09, 10, 13	3
Pedagogia de projetos	12	1
Pedagogia do “apoio”	19	1
Sem identificação	11, 21	2
Perspectiva crítica de Educação Física	14, 20, 32, discursiva 3 e discursiva 5	5
Perspectiva teórico-metodológica tecnicista da Educação Física	26, 29	2
Perspectiva desenvolvimentista da Educação Física	17, 18, 27, 31, 33, 34, 35	7
Perspectiva teórico-metodológica Crítico-superadora da Educação Física	15, 16	2
Concepção Aberta no Ensino da Educação Física	28	1
Postura pedagógica exortativa	22, 23, 24, 30, discursiva 4	5

FONTE – nossa autoria.

O quadro demonstra que das 29 questões (objetivas e discursivas) pertencentes ao componente específico da Educação Física, 18 questões apresentam-se com uma postura não crítica, portando 62,07% têm caráter conservador, contrapondo 37,93% de caráter crítico. Esse dado nos faz refletir sobre a formulação das Diretrizes Curriculares que permite uma postura conservadora devido ao ecletismo presente no seu conteúdo, pois ainda que procure apresentar uma postura crítica, essa análise demonstra a elaboração do formato da prova mais conservador.

5 CONCLUSÃO

No tocante de buscar respostas as nossas perguntas iniciais, concluímos que o ENADE, em suas questões, aborda os conteúdos e as perspectivas críticas e conservadoras da área para a Educação, que devem compor o conhecimento a ser apreendido pelos alunos. Assim se apurou que o ENADE está em consonância com o que preconizam as Diretrizes para os cursos de graduação em Educação Física e para a formação de Professores.

Ao finalizarmos nossas análises, podemos identificar que a perspectiva de Educação Física presente na prova para a licenciatura em Educação Física do ano de 2011, em seu componente específico, apresentou maior enfoque na tendência desenvolvimentista da Educação Física, ainda que também apareçam outras perspectivas críticas e não críticas no exame, como por exemplo, a perspectiva teórico-metodológica Crítico-superadora, concepções abertas no ensino da Educação Física e a perspectiva teórico-metodológica tecnicista.

A análise que realizamos das questões do exame reforçam a ideia de que ainda se encontra presente no âmbito escolar as tendências pedagógicas conservadoras. Nota-se, no entanto, que as pedagogias críticas para a Educação Física também estão sendo abordadas. Com isso, podemos concluir que as Diretrizes Curriculares para os Cursos de graduação em Educação Física, ainda que apontem para perspectivas de transformação crítica no âmbito escolar, permitem que a adoção de uma posição não crítica, uma vez que sua composição apresentasse como um ecletismo, não permitindo que ocorram avanços mais significativos na área em favor dos menos favorecidos nas práticas da cultura corporal.

Averiguamos que existe a relação do conhecimento da disciplina de Educação Física e a prova do ENADE, cujos conteúdos que envolvem: a dança (questão 23); os esportes (questões 14, 26 e 30); conhecimento corporal e antropomórfico (questão 31 e 29); atividade física e saúde (questões 18, 19, 27 e 34); história da Educação Física (questão 16); o Ensino da Educação Física (questões 15, 17, 21, 28, 32, 33, discursiva 3 e discursiva 5); Tecnologias de informação na Educação Física Escolar (questões 24, 30); Currículo (questões 9, discursiva 4); Ensino e Didática (questões 10, 13, 20, 22) ; Sociologia da Educação (questão 11); e Pedagogia de Projetos (questão 12). Portanto concluímos que o

enfoque não está no conteúdo a ser desenvolvido, mas o problema está em como ocorre sua abordagem.

Em relação à abordagem das dimensões do conhecimento, percebemos uma distribuição equilibrada, porém com predomínio da dimensão técnico-instrumental, embora a dimensão didático-pedagógica apareça com relativa frequência. O fato de que essas duas dimensões são as mais mencionadas é um ponto importante a destacar, ou seja, está em coerência com o processo de avaliação de um curso de licenciatura. Porém, quando observamos as abordagens pedagógicas, se expressa uma clara predominância das perspectivas não críticas. Se considerarmos as questões que se pautam pela abordagem desenvolvimentista, pela abordagem tecnicista e pelas posições exortativas veremos que totalizam 62,07 das questões do campo de conhecimento específico.

Ao iniciar esse trabalho de conclusão de curso, não imaginava chegar tão longe nas discussões sobre a relação das Diretrizes Curriculares e a prova do ENADE. À medida que foram se ampliando as reflexões também foram aparecendo novas interrogações. Novos estudos podem ser desenvolvidos posteriormente, com a finalidade de avançar nos debates a cerca desse trabalho, como, por exemplo, a repercussão que as mudanças de matrizes curriculares têm contribuído ou não para a melhoria do desempenho dos estudantes nesse tipo de avaliação. Por falar nisso, consideramos importante um estudo futuro para analisar o desempenho neste prova, pois, quando da realização de nosso trabalho de pesquisa, o resultado ainda não havia sido publicado.

Outra das possibilidades, no sentido de dar continuidade a esse trabalho, é de verificar a prova do ENADE referente à graduação de bacharel em Educação Física. Outra possível análise que pode ser desenvolvida é o estudo de todas as provas do ENADE já desenvolvidas referente à licenciatura em Educação Física, buscando analisar quais as concepções pedagógicas foram abordadas nas provas, podendo ainda coadunar, um estudo a partir das provas, sobre o desempenho dos estudantes do curso de Educação Física da UNESC e se a matriz curricular, ainda que respeitada a autonomia outorgada à universidade em construir seu currículo visando abordar as características regionais, na parte de formação comum agregaram conhecimentos para um resultado crescente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; MONTAGNER, Paulo César; GUTIERREZ, Gustavo Luis. A inserção da regulamentação da profissão na área de educação física, dez anos depois: embates, debates e perspectivas. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, p. 275-292, set. 2009.

AVILA, Astrid Baecker. **A pós-graduação em educação física e as tendências na produção de conhecimento**: o debate entre realismo e anti-realismo. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2008

BRACHT, Valter. **Educação física & ciência**: cenas de um casamento (in)feliz. 2. ed. Ijuí, RS: Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP. ENADE 2011. **Prova**. Disponível em: < http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2011/EDUCACAO_FISICA.pdf>. Último acesso em: 18 jun. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP. ENADE 2011. **Gabarito**. Disponível em:<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/gabaritos/2011/Enade2011_Gab_Def_Ed_Fisica.pdf>. Último acesso em: 18 jun. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP. ENADE 2011a. **Padrão de resposta**. Disponível em:<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/padrão_resposta/2011/EDUCACAO_FISICA.pdf>. Último acesso em: 18 jun. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Avaliação externa de instituições de educação superior**: diretrizes e instrumento. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. MEC/CNE. CNE. Parecer 009, de 8 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores de Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

_____. MEC/CNE. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores em Educação Básica: Resolução n. 01, de 18 de fevereiro de 2002, do Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2002.

_____. Duração e a carga horária dos cursos de licenciatura: Resolução n. 02, de 19 de fevereiro de 2002, do Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2002.

BRITO, Márcia Regina F. de; VENDRAMINI, Claudette Maria Medeiros; PRIMI, Ricardo INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

ANÍSIO TEIXEIRA. **Relatório do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes: 2004**. Brasília, DF: INEP, 2004.

BRUNELLI, Josiani Barboza. **Projeto ou atividade de ensino e de aprendizagem?**: expressões de implantação da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-graduação em Educação, Criciúma, 2012.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

CONTURSI, Ernani B.. HISTÓRIA da regulamentação: o porquê da regulamentação. **Sprint Magazine**, Rio de Janeiro: n. 103, p. 4-45, jul./ago. 1999.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HILDEBRANDT, Reiner; LAGING, Ralf. **Concepções abertas de ensino da Educação Física**. Ao Livro Técnico S/A. 1986.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico ENADE 2004**. Brasília, DF: INEP, 2005.

KUNZ, Elenor. et al. Novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física: justificativa, proposições, argumentos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 20, n. 1, p. 37-47, 1998.

MOVIMENTO NACIONAL A CONTRA A REGULAMENTAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Disponível em: <<http://mncref.vilabol.uol.com.br/manif.htm>> Último acesso em: 18 jun. 2011.

NOZAKI, Hajimi Takeuchi. Conselho federal de educação física: perguntas de um trabalhador que lê... **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis: v.20, n.2/3, p. 162-167, abr./set. 1999.

RISTOFF, Dilvo I.; LIMANA, Amir; BRITO, Márcia Regina F. de. **ENADE: perspectiva de avaliação dinâmica e análise de mudança**. Brasília, DF: INEP, 2006.

SCHERER, Alexandre. **Formação profissional em educação física e mundo de trabalho**. Educação Física e os mercados de trabalho no Brasil: quem somos, onde estamos e para onde vamos? In: **Grupo de Trabalho Temático/CBCE Formação Profissional – Campo de Trabalho** (Org.). Espírito Santo. Faculdade Salesiana de Vitória, v.1, 2005.

SOARES, Carmen Lúcia. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

TAFFAREL, Celi Zulke; LACKS, Solange. **Formação profissional em educação física e mundo de trabalho**. Diretrizes curriculares: proposições superadoras para a formação humana. In: **Grupo de Trabalho Temático/CBCE Formação Profissional – Campo de Trabalho** (Org.). Espírito Santo. Faculdade Salesiana de Vitória, v.1, 2005.

TRINDADE, Hélió. **Desafios, institucionalização e imagem pública da CONAES**: Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília, DF: UNESCO, 2007.

VENDRAMINI, C. M.M. **Avaliação multidimensional de desempenho do estudante**. Revista da Avaliação Institucional da Educação Superior. v. 10, n. 3, p. 27-4, 2005.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: EPU, 2001.

ANEXOS

EDUCAÇÃO FÍSICA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 - Verifique se, além deste caderno, você recebeu o Caderno de Respostas, destinado à transcrição das respostas das questões de múltipla escolha (objetivas), das questões discursivas e do questionário de percepção da prova.
- 2 - Confira se este caderno contém as questões de múltipla escolha (objetivas) e discursivas de formação geral e do componente específico da área, e as questões relativas à sua percepção da prova, assim distribuídas:

Partes	Número das questões	Peso das questões	Peso dos componentes
Formação Geral/Objetivas	1 a 8	60%	25%
Formação Geral/Discursivas	Discursiva 1 e Discursiva 2	40%	
Componente Específico/Objetivas	9 a 35	85%	75%
Componente Específico/Discursivas	Discursiva 3 a Discursiva 5	15%	
Questionário de percepção da Prova	1 a 9	-	-

- 3 - Verifique se a prova está completa e se o seu nome está correto no Caderno de Respostas. Caso contrário, avise imediatamente um dos responsáveis pela aplicação da prova. Você deve assinar o Caderno de Respostas no espaço próprio, com caneta esferográfica de tinta preta.
- 4 - Observe as instruções expressas no Caderno de Respostas sobre a marcação das respostas às questões de múltipla escolha (apenas uma resposta por questão).
- 5 - Use caneta esferográfica de tinta preta tanto para marcar as respostas das questões objetivas quanto para escrever as respostas das questões discursivas.
- 6 - Não use calculadora; não se comunique com os demais estudantes nem troque material com eles; não consulte material bibliográfico, cadernos ou anotações de qualquer espécie.
- 7 - Você terá quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e discursivas e ao questionário de percepção da prova.
- 8 - Quando terminar, entregue ao Aplicador ou Fiscal o seu Caderno de Respostas.
- 9 - Atenção! Você só poderá levar este Caderno de Prova após decorridas três horas do início do Exame.

QUESTÃO 1

Retrato de uma princesa desconhecida

Para que ela tivesse um pescoço tão fino
 Para que os seus pulsos tivessem um quebrar de caule
 Para que os seus olhos fossem tão frontais e limpos
 Para que a sua espinha fosse tão direita
 E ela usasse a cabeça tão erguida
 Com uma tão simples claridade sobre a testa
 Foram necessárias sucessivas gerações de escravos
 De corpo dobrado e grossas mãos pacientes
 Servindo sucessivas gerações de príncipes
 Ainda um pouco toscos e grosseiros
 Ávidos cruéis e fraudulentos
 Foi um imenso desperdiçar de gente
 Para que ela fosse aquela perfeição
 Solitária exilada sem destino

ANDRESEN, S. M. B. **Dual**. Lisboa: Caminho, 2004. p. 73.

No poema, a autora sugere que

- A** os príncipes e as princesas são naturalmente belos.
- B** os príncipes generosos cultivavam a beleza da princesa.
- C** a beleza da princesa é desperdiçada pela miscigenação racial.
- D** o trabalho compulsório de escravos proporcionou privilégios aos príncipes.
- E** o exílio e a solidão são os responsáveis pela manutenção do corpo esbelto da princesa.

QUESTÃO 2

Exclusão digital é um conceito que diz respeito às extensas camadas sociais que ficaram à margem do fenômeno da sociedade da informação e da extensão das redes digitais. O problema da exclusão digital se apresenta como um dos maiores desafios dos dias de hoje, com implicações diretas e indiretas sobre os mais variados aspectos da sociedade contemporânea.

Nessa nova sociedade, o conhecimento é essencial para aumentar a produtividade e a competição global. É fundamental para a invenção, para a inovação e para a geração de riqueza. As tecnologias de informação e comunicação (TICs) proveem uma fundação para a construção e aplicação do conhecimento nos setores públicos e privados. É nesse contexto que se aplica o termo exclusão digital, referente à falta de acesso às vantagens e aos benefícios trazidos por essas novas tecnologias, por motivos sociais, econômicos, políticos ou culturais.

Considerando as ideias do texto acima, avalie as afirmações a seguir.

- I. Um mapeamento da exclusão digital no Brasil permite aos gestores de políticas públicas escolherem o público-alvo de possíveis ações de inclusão digital.
- II. O uso das TICs pode cumprir um papel social, ao prover informações àqueles que tiveram esse direito negado ou negligenciado e, portanto, permitir maiores graus de mobilidade social e econômica.
- III. O direito à informação diferencia-se dos direitos sociais, uma vez que esses estão focados nas relações entre os indivíduos e, aqueles, na relação entre o indivíduo e o conhecimento.
- IV. O maior problema de acesso digital no Brasil está na deficitária tecnologia existente em território nacional, muito aquém da disponível na maior parte dos países do primeiro mundo.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I e II.
- B** II e IV.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** I, III e IV.



QUESTÃO 3

A cibercultura pode ser vista como herdeira legítima (embora distante) do projeto progressista dos filósofos do século XVII. De fato, ela valoriza a participação das pessoas em comunidades de debate e argumentação. Na linha reta das morais da igualdade, ela incentiva uma forma de reciprocidade essencial nas relações humanas. Desenvolveu-se a partir de uma prática assídua de trocas de informações e conhecimentos, coisa que os filósofos do Iluminismo viam como principal motor do progresso. (...) A cibercultura não seria pós-moderna, mas estaria inserida perfeitamente na continuidade dos ideais revolucionários e republicanos de liberdade, igualdade e fraternidade. A diferença é apenas que, na cibercultura, esses “valores” se encarnam em dispositivos técnicos concretos. Na era das mídias eletrônicas, a igualdade se concretiza na possibilidade de cada um transmitir a todos; a liberdade toma forma nos *softwares* de codificação e no acesso a múltiplas comunidades virtuais, atravessando fronteiras, enquanto a fraternidade, finalmente, se traduz em interconexão mundial.

LEVY, P. Revolução virtual. **Folha de S. Paulo**. Caderno Mais, 16 ago. 1998, p.3 (adaptado).

O desenvolvimento de redes de relacionamento por meio de computadores e a expansão da Internet abriram novas perspectivas para a cultura, a comunicação e a educação. De acordo com as ideias do texto acima, a cibercultura

- A** representa uma modalidade de cultura pós-moderna de liberdade de comunicação e ação.
- B** constituiu negação dos valores progressistas defendidos pelos filósofos do Iluminismo.
- C** banalizou a ciência ao disseminar o conhecimento nas redes sociais.
- D** valorizou o isolamento dos indivíduos pela produção de *softwares* de codificação.
- E** incorpora valores do Iluminismo ao favorecer o compartilhamento de informações e conhecimentos.

QUESTÃO 4

Com o advento da República, a discussão sobre a questão educacional torna-se pauta significativa nas esferas dos Poderes Executivo e Legislativo, tanto no âmbito Federal quanto no Estadual. Já na Primeira República, a expansão da demanda social se propaga com o movimento da escola-novista; no período getulista, encontram-se as reformas de Francisco Campos e Gustavo Capanema; no momento de crítica e balanço do pós-1946, ocorre a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961. É somente com a Constituição de 1988, no entanto, que os brasileiros têm assegurada a educação de forma universal, como um direito de todos, tendo em vista o pleno desenvolvimento da pessoa no que se refere a sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O artigo 208 do texto constitucional prevê como dever do Estado a oferta da educação tanto a crianças como àqueles que não tiveram acesso ao ensino em idade própria à escolarização cabida.

Nesse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

A relação entre educação e cidadania se estabelece na busca da universalização da educação como uma das condições necessárias para a consolidação da democracia no Brasil.

PORQUE

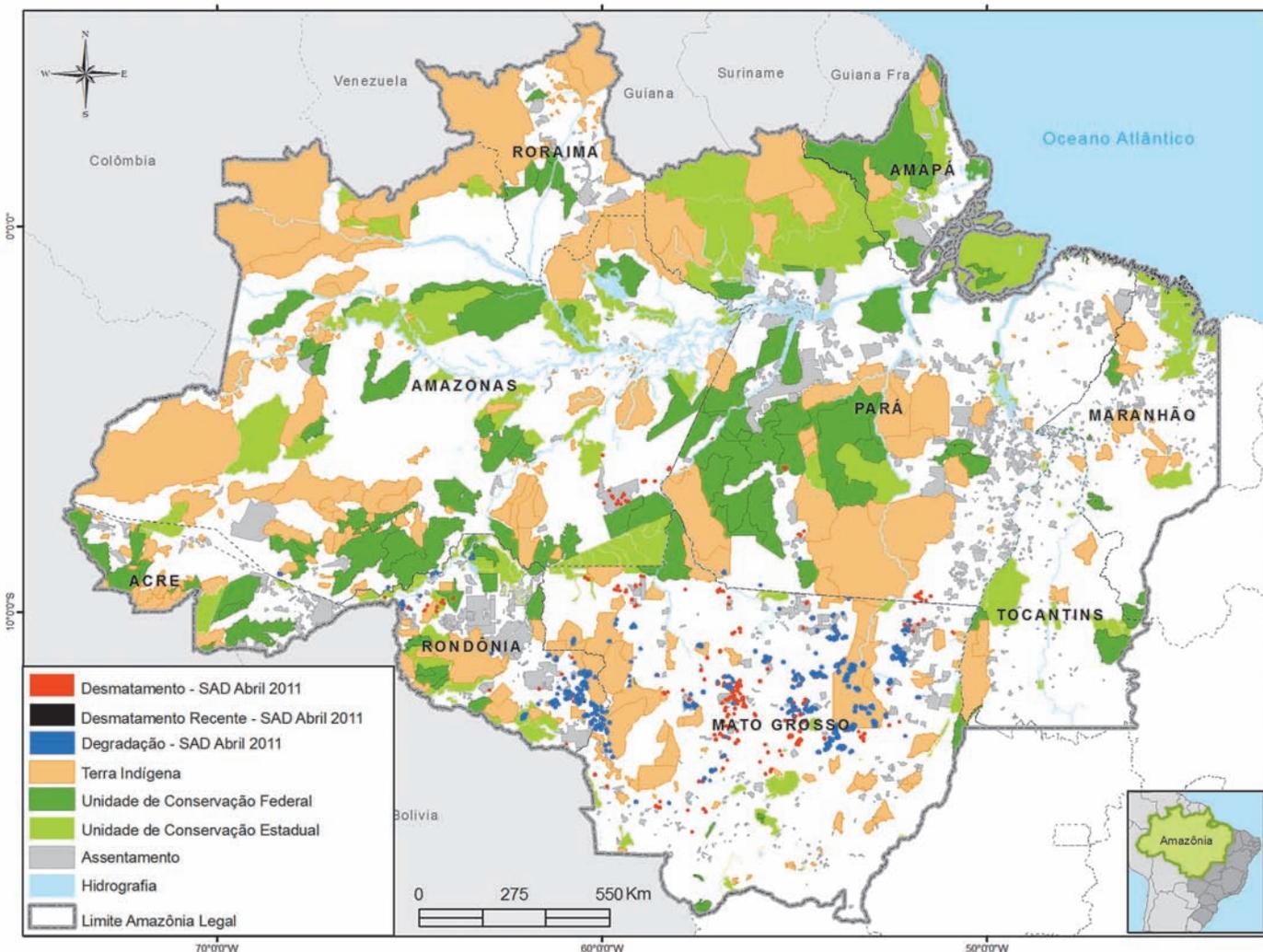
Por meio da atuação de seus representantes nos Poderes Executivos e Legislativo, no decorrer do século XX, passou a ser garantido no Brasil o direito de acesso à educação, inclusive aos jovens e adultos que já estavam fora da idade escolar.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A** As duas são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- B** As duas são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- C** A primeira é uma proposição verdadeira, e a segunda, falsa.
- D** A primeira é uma proposição falsa, e a segunda, verdadeira.
- E** Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.



QUESTÃO 5



Desmatamento na Amazônia Legal. Disponível em: <www.imazon.org.br/mapas/desmatamento-mensal-2011>. Acesso em: 20 ago. 2011.

O ritmo de desmatamento na Amazônia Legal diminuiu no mês de junho de 2011, segundo levantamento feito pela organização ambiental brasileira Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). O relatório elaborado pela ONG, a partir de imagens de satélite, apontou desmatamento de 99 km² no bioma em junho de 2011, uma redução de 42% no comparativo com junho de 2010. No acumulado entre agosto de 2010 e junho de 2011, o desmatamento foi de 1 534 km², aumento de 15% em relação a agosto de 2009 e junho de 2010. O estado de Mato Grosso foi responsável por derrubar 38% desse total e é líder no *ranking* do desmatamento, seguido do Pará (25%) e de Rondônia (21%).

Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/imprensa/imazon-na-midia>>. Acesso em: 20 ago. 2011 (com adaptações).

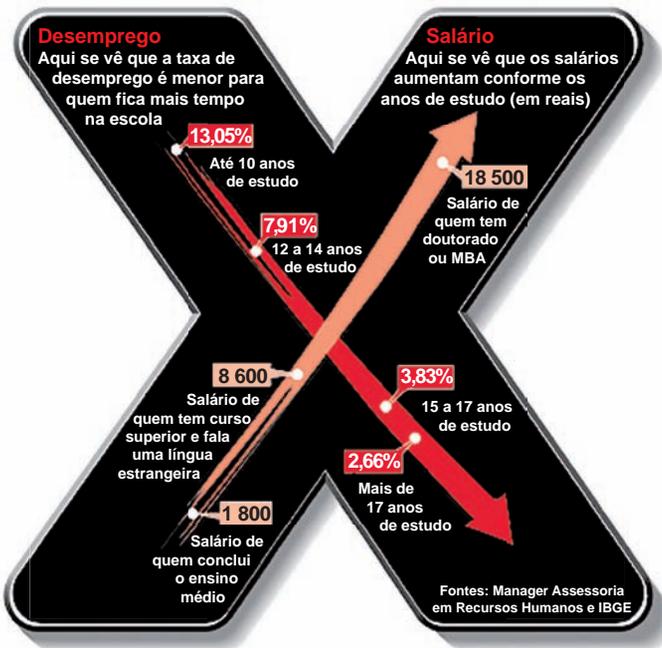
De acordo com as informações do mapa e do texto,

- A** foram desmatados 1 534 km² na Amazônia Legal nos últimos dois anos.
- B** não houve aumento do desmatamento no último ano na Amazônia Legal.
- C** três estados brasileiros responderam por 84% do desmatamento na Amazônia Legal entre agosto de 2010 e junho de 2011.
- D** o estado do Amapá apresenta alta taxa de desmatamento em comparação aos demais estados da Amazônia Legal.
- E** o desmatamento na Amazônia Legal, em junho de 2010, foi de 140 km², comparando-se o índice de junho de 2011 ao índice de junho de 2010.



QUESTÃO 6

A educação é o Xis da questão



Disponível em: <<http://ead.uepb.edu.br/noticias,82>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

A expressão “o Xis da questão” usada no título do infográfico diz respeito

- A à quantidade de anos de estudos necessários para garantir um emprego estável com salário digno.
- B às oportunidades de melhoria salarial que surgem à medida que aumenta o nível de escolaridade dos indivíduos.
- C à influência que o ensino de língua estrangeira nas escolas tem exercido na vida profissional dos indivíduos.
- D aos questionamentos que são feitos acerca da quantidade mínima de anos de estudo que os indivíduos precisam para ter boa educação.
- E à redução da taxa de desemprego em razão da política atual de controle da evasão escolar e de aprovação automática de ano de acordo com a idade.

ÁREA LIVRE

QUESTÃO 7

A definição de desenvolvimento sustentável mais usualmente utilizada é a que procura atender às necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras. O mundo assiste a um questionamento crescente de paradigmas estabelecidos na economia e também na cultura política. A crise ambiental no planeta, quando traduzida na mudança climática, é uma ameaça real ao pleno desenvolvimento das potencialidades dos países.

O Brasil está em uma posição privilegiada para enfrentar os enormes desafios que se acumulam. Abriga elementos fundamentais para o desenvolvimento: parte significativa da biodiversidade e da água doce existentes no planeta; grande extensão de terras cultiváveis; diversidade étnica e cultural e rica variedade de reservas naturais.

O campo do desenvolvimento sustentável pode ser conceitualmente dividido em três componentes: sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica e sustentabilidade sociopolítica.

Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável pressupõe

- A a preservação do equilíbrio global e do valor das reservas de capital natural, o que não justifica a desaceleração do desenvolvimento econômico e político de uma sociedade.
- B a redefinição de critérios e instrumentos de avaliação de custo-benefício que reflitam os efeitos socioeconômicos e os valores reais do consumo e da preservação.
- C o reconhecimento de que, apesar de os recursos naturais serem ilimitados, deve ser traçado um novo modelo de desenvolvimento econômico para a humanidade.
- D a redução do consumo das reservas naturais com a consequente estagnação do desenvolvimento econômico e tecnológico.
- E a distribuição homogênea das reservas naturais entre as nações e as regiões em nível global e regional.



QUESTÃO 8

Em reportagem, Owen Jones, autor do livro **Chavs: a difamação da classe trabalhadora**, publicado no Reino Unido, comenta as recentes manifestações de rua em Londres e em outras principais cidades inglesas.

Jones prefere chamar atenção para as camadas sociais mais desfavorecidas do país, que desde o início dos distúrbios, ficaram conhecidas no mundo todo pelo apelido *chavs*, usado pelos britânicos para escarnecer dos hábitos de consumo da classe trabalhadora. Jones denuncia um sistemático abandono governamental dessa parcela da população: “Os políticos insistem em culpar os indivíduos pela desigualdade”, diz. (...) “você não vai ver alguém assumir ser um *chav*, pois se trata de um insulto criado como forma de generalizar o comportamento das classes mais baixas. Meu medo não é o preconceito e, sim, a cortina de fumaça que ele oferece. Os distúrbios estão servindo como o argumento ideal para que se faça valer a ideologia de que os problemas sociais são resultados de defeitos individuais, não de falhas maiores. Trata-se de uma filosofia que tomou conta da sociedade britânica com a chegada de Margaret Thatcher ao poder, em 1979, e que basicamente funciona assim: você é culpado pela falta de oportunidades. (...) Os políticos insistem em culpar os indivíduos pela desigualdade”.

Suplemento Prosa & Verso, **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 ago. 2011, p. 6 (adaptado).

Considerando as ideias do texto, avalie as afirmações a seguir.

- I. *Chavs* é um apelido que exalta hábitos de consumo de parcela da população britânica.
- II. Os distúrbios ocorridos na Inglaterra serviram para atribuir deslizes de comportamento individual como causas de problemas sociais.
- III. Indivíduos da classe trabalhadora britânica são responsabilizados pela falta de oportunidades decorrente da ausência de políticas públicas.
- IV. As manifestações de rua na Inglaterra reivindicavam formas de inclusão nos padrões de consumo vigente.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

ÁREA LIVRE



QUESTÃO DISCURSIVA 1

A Educação a Distância (EaD) é a modalidade de ensino que permite que a comunicação e a construção do conhecimento entre os usuários envolvidos possam acontecer em locais e tempos distintos. São necessárias tecnologias cada vez mais sofisticadas para essa modalidade de ensino não presencial, com vistas à crescente necessidade de uma pedagogia que se desenvolva por meio de novas relações de ensino-aprendizagem.

O Censo da Educação Superior de 2009, realizado pelo MEC/INEP, aponta para o aumento expressivo do número de matrículas nessa modalidade. Entre 2004 e 2009, a participação da EaD na Educação Superior passou de 1,4% para 14,1%, totalizando 838 mil matrículas, das quais 50% em cursos de licenciatura. Levantamentos apontam ainda que 37% dos estudantes de EaD estão na pós-graduação e que 42% estão fora do seu estado de origem.

Considerando as informações acima, enumere três vantagens de um curso a distância, justificando brevemente cada uma delas. (valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



QUESTÃO DISCURSIVA 2

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS 2010) utiliza-se da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para apresentar sucinta análise das condições de vida no Brasil. Quanto ao analfabetismo, a SIS 2010 mostra que os maiores índices se concentram na população idosa, em camadas de menores rendimentos e predominantemente na região Nordeste, conforme dados do texto a seguir.

A taxa de analfabetismo referente a pessoas de 15 anos ou mais de idade baixou de 13,3% em 1999 para 9,7% em 2009. Em números absolutos, o contingente era de 14,1 milhões de pessoas analfabetas. Dessas, 42,6% tinham mais de 60 anos, 52,2% residiam no Nordeste e 16,4% viviam com $\frac{1}{2}$ salário-mínimo de renda familiar *per capita*. Os maiores decréscimos no analfabetismo por grupos etários entre 1999 a 2009 ocorreram na faixa dos 15 a 24 anos. Nesse grupo, as mulheres eram mais alfabetizadas, mas a população masculina apresentou queda um pouco mais acentuada dos índices de analfabetismo, que passou de 13,5% para 6,3%, contra 6,9% para 3,0% para as mulheres.

SIS 2010: Mulheres mais escolarizadas são mães mais tarde e têm menos filhos.

Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>.

Acesso em: 25 ago. 2011 (adaptado).

População analfabeta com idade superior a 15 anos	
ano	porcentagem
2000	13,6
2001	12,4
2002	11,8
2003	11,6
2004	11,2
2005	10,7
2006	10,2
2007	9,9
2008	10,0
2009	9,7

Fonte: IBGE

Com base nos dados apresentados, redija um texto dissertativo acerca da importância de políticas e programas educacionais para a erradicação do analfabetismo e para a empregabilidade, considerando as disparidades sociais e as dificuldades de obtenção de emprego provocadas pelo analfabetismo. Em seu texto, apresente uma proposta para a superação do analfabetismo e para o aumento da empregabilidade. (valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



QUESTÃO 9

Na Sociologia da Educação, o currículo é considerado um mecanismo por meio do qual a escola define o plano educativo para a consecução do projeto global de educação de uma sociedade, realizando, assim, sua função social. Considerando o currículo na perspectiva crítica da Educação, avalie as afirmações a seguir.

- I. O currículo é um fenômeno escolar que se desdobra em uma prática pedagógica expressa por determinações do contexto da escola.
- II. O currículo reflete uma proposta educacional que inclui o estabelecimento da relação entre o ensino e a pesquisa, na perspectiva do desenvolvimento profissional docente.
- III. O currículo é uma realidade objetiva que inviabiliza intervenções, uma vez que o conteúdo é condição lógica do ensino.
- IV. O currículo é a expressão da harmonia de valores dominantes inerentes ao processo educativo.

É correto apenas o que se afirma em

- A I.
- B II.
- C I e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

ÁREA LIVRE

QUESTÃO 10

O fazer docente pressupõe a realização de um conjunto de operações didáticas coordenadas entre si. São o planejamento, a direção do ensino e da aprendizagem e a avaliação, cada uma delas desdobradas em tarefas ou funções didáticas, mas que convergem para a realização do ensino propriamente dito.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 72.

Considerando que, para desenvolver cada operação didática inerente ao ato de planejar, executar e avaliar, o professor precisa dominar certos conhecimentos didáticos, avalie quais afirmações abaixo se referem a conhecimentos e domínios esperados do professor.

- I. Conhecimento dos conteúdos da disciplina que leciona, bem como capacidade de abordá-los de modo contextualizado.
- II. Domínio das técnicas de elaboração de provas objetivas, por se configurarem instrumentos quantitativos precisos e fidedignos.
- III. Domínio de diferentes métodos e procedimentos de ensino e capacidade de escolhê-los conforme a natureza dos temas a serem tratados e as características dos estudantes.
- IV. Domínio do conteúdo do livro didático adotado, que deve conter todos os conteúdos a serem trabalhados durante o ano letivo.

É correto apenas o que se afirma em

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

ÁREA LIVRE



QUESTÃO 11

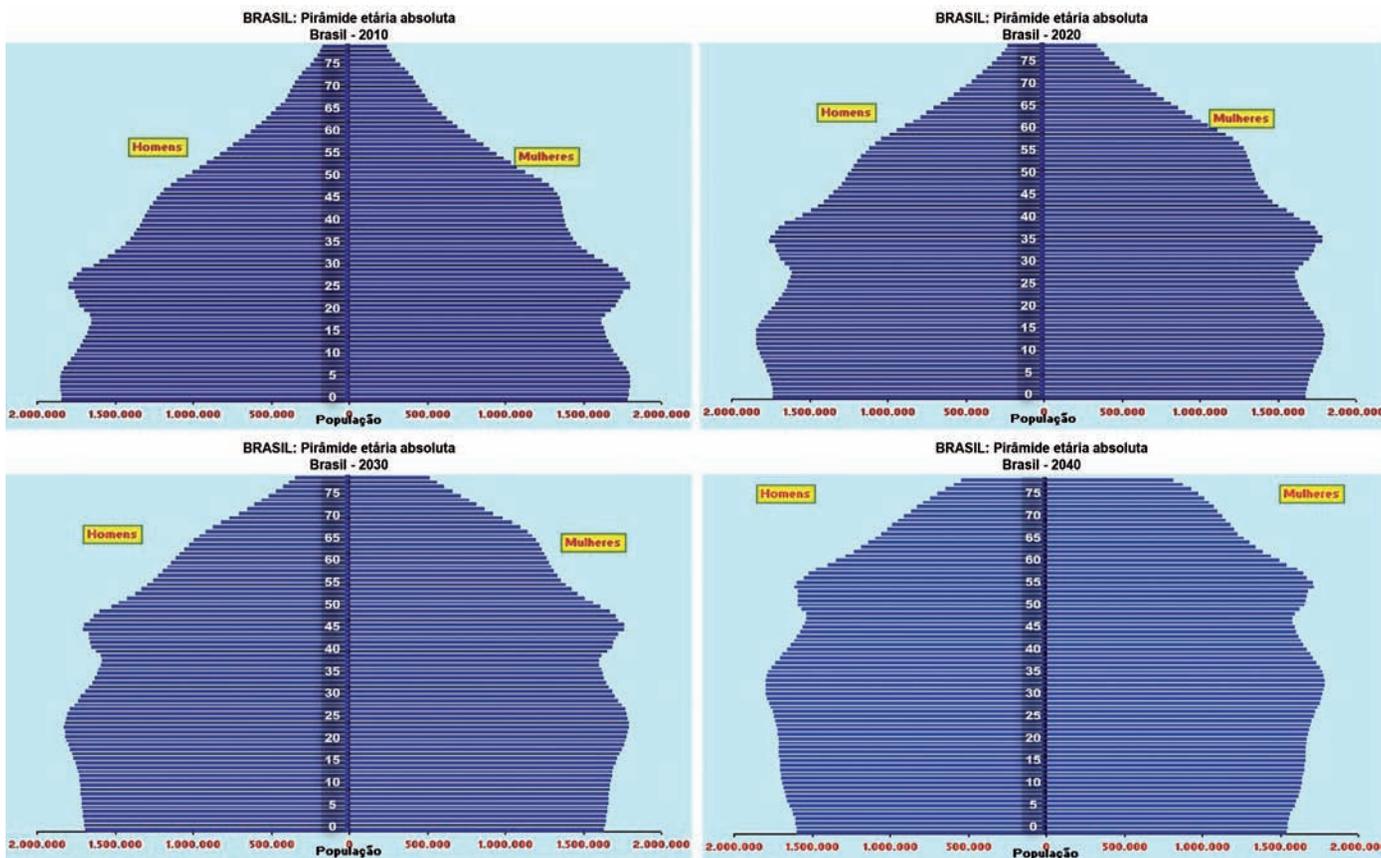


Figura. Brasil: Pirâmide Etária Absoluta (2010-2040)

Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/piramide/piramide.shtm>. Acesso em: 23 ago. 2011.

Com base na projeção da população brasileira para o período 2010-2040 apresentada nos gráficos, avalie as seguintes asserções.

Constata-se a necessidade de construção, em larga escala, em nível nacional, de escolas especializadas na Educação de Jovens e Adultos, ao longo dos próximos 30 anos.

PORQUE

Haverá, nos próximos 30 anos, aumento populacional na faixa etária de 20 a 60 anos e decréscimo da população com idade entre 0 e 20 anos.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A** As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- B** As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa da primeira.
- C** A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.
- D** A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.
- E** Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.



QUESTÃO 12

Na escola em que João é professor, existe um laboratório de informática, que é utilizado para os estudantes trabalharem conteúdos em diferentes disciplinas. Considere que João quer utilizar o laboratório para favorecer o processo ensino-aprendizagem, fazendo uso da abordagem da Pedagogia de Projetos. Nesse caso, seu planejamento deve

- A** ter como eixo temático uma problemática significativa para os estudantes, considerando as possibilidades tecnológicas existentes no laboratório.
- B** relacionar os conteúdos previamente instituídos no início do período letivo e os que estão no banco de dados disponível nos computadores do laboratório de informática.
- C** definir os conteúdos a serem trabalhados, utilizando a relação dos temas instituídos no Projeto Pedagógico da escola e o banco de dados disponível nos computadores do laboratório.
- D** listar os conteúdos que deverão ser ministrados durante o semestre, considerando a sequência apresentada no livro didático e os programas disponíveis nos computadores do laboratório.
- E** propor o estudo dos projetos que foram desenvolvidos pelo governo quanto ao uso de laboratórios de informática, relacionando o que consta no livro didático com as tecnologias existentes no laboratório.

QUESTÃO 13



QUINO. *Toda a Mafalda*. Trad. Andréa Stahel M. da Silva et al. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 71.

Muitas vezes, os próprios educadores, por incrível que pareça, também vítimas de uma formação alienante, não sabem o porquê daquilo que dão, não sabem o significado daquilo que ensinam e quando interrogados dão respostas evasivas: “é pré-requisito para as séries seguintes”, “cai no vestibular”, “hoje você não entende, mas daqui a dez anos vai entender”. Muitos alunos acabam acreditando que aquilo que se aprende na escola não é para entender mesmo, que só entenderão quando forem adultos, ou seja, acabam se conformando com o ensino desprovido de sentido.

VASCONCELLOS, C. S. *Construção do conhecimento em sala de aula*. 13ª ed. São Paulo: Libertad, 2002, p. 27-8.

Correlacionando a tirinha de Mafalda e o texto de Vasconcellos, avalie as afirmações a seguir.

- I. O processo de conhecimento deve ser refletido e encaminhado a partir da perspectiva de uma prática social.
- II. Saber qual conhecimento deve ser ensinado nas escolas continua sendo uma questão nuclear para o processo pedagógico.
- III. O processo de conhecimento deve possibilitar compreender, usufruir e transformar a realidade.
- IV. A escola deve ensinar os conteúdos previstos na matriz curricular, mesmo que sejam desprovidos de significado e sentido para professores e alunos.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.



QUESTÃO 14

Considerando as perspectivas para a Educação Física como componente curricular, situando seus conteúdos no âmbito da cultura de movimento, destaca-se a preocupação com o ensino do esporte de forma não hegemônica, visando situar as práticas esportivas além dos elementos técnicos e estimular uma compreensão mais plural sobre o próprio fenômeno esportivo.

LIBÂNEO, J.C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

NÓBREGA, T.P. Corporeidade e educação física: do corpo objeto ao corpo-sujeito. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2005.

A partir dessas perspectivas, o professor de Educação Física Escolar, em suas intervenções pedagógicas, deve

- I. considerar que o processo de ensino-aprendizagem necessita do trânsito entre os saberes.
- II. organizar o conhecimento pedagógico da Educação Física de forma a garantir efetiva aprendizagem os conteúdos por parte dos alunos.
- III. observar que a lógica da progressividade no desenvolvimento do esporte, como conteúdo da Educação Física escolar, ocorre de forma única no processo ensino-aprendizagem.
- IV. utilizar o esporte como um dos conteúdos na Educação Física Escolar, por induzir a modificações na atividade externa e interna do sujeito, nas suas relações com o ambiente físico e social.
- V. entender que as aprendizagens decorrentes das práticas pedagógicas do esporte como conteúdo da Educação Física Escolar devem ser um instrumento para a ampliação da compreensão dos alunos em relação às práticas corporais e à sua própria cultura de movimento.

É correto apenas o que se afirma em:

- A** I e II.
- B** I, III e V.
- C** II, III e IV.
- D** III, IV e V.
- E** I, II, IV e V.

QUESTÃO 15

A ênfase na aprendizagem do gesto motor, da técnica e do rendimento, incorporada historicamente na Educação Física, reforça os valores de competição exacerbada, performance, autossuperação e vitória a qualquer custo, aspectos predominantes na sociedade capitalista. As Políticas Educacionais brasileiras têm sinalizado para um modelo de Escola responsável pela socialização e sistematização da cultura.

Diante dessa realidade, a Educação Física pode contribuir com esse modelo de escola orientando suas intervenções pedagógicas

- A** na perspectiva desportiva, baseada na força, abrangência e evidência do fenômeno desportivo moderno.
- B** na perspectiva heterônoma, baseada nas repercussões do exercício físico na saúde funcional.
- C** na perspectiva psicomotora, baseada na necessidade de estabelecer padrões de movimentos e de aquisição de habilidades motoras básicas.
- D** na perspectiva da cultura corporal, baseada na relevância social do conteúdo que permite visualizar o seu sentido e significado.
- E** na perspectiva do comportamento motor, baseada na aprendizagem do movimento, o que beneficia os aspectos inerentes ao próprio movimento.

ÁREA LIVRE



QUESTÃO 16

Avalie as seguintes asserções.

Na atualidade, recomenda-se ao professor de educação física problematizar a hegemonia do esporte na escola como único conteúdo da Educação Física, no intuito de reconfigurar essa tradição bastante cristalizada e valorizar outras manifestações corporais. Observa-se que as décadas de 1960 a 1980 foram decisivas nesse processo de esportivização, pois a situação política mundial (Guerra Fria) propiciou as condições para o engendramento de políticas governamentais vinculadas ao sistema esportivo, então já fortemente estruturado em escala mundial. A cultura da Educação Física passa a ser a cultura esportiva, sendo introduzido nas escolas o cultivo do esporte fortemente influenciado pelo modelo olímpico.

PORQUE

O esporte, no início do século XX, no Brasil, passou a ser considerado um indicador de modernização e crescimento das cidades (e das nações) e uma prática cultural, tendo assim, presença marcante na vida nacional. Esses elementos fizeram com que fosse mais contemplado na Educação Física e, portanto, na escola. À medida que o esporte foi-se afirmando como grande fenômeno social, principalmente relacionado aos aspectos políticos e econômicos, ele tornou-se manifestação hegemônica na própria escola e passou a ser entendido como o conteúdo mais emblemático da Educação Física, sendo mais valorizado em relação às outras manifestações da cultura corporal.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta.

- A** As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa da primeira.
- B** As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é justificativa da primeira.
- C** A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- D** A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- E** Tanto a primeira quanto a segunda asserção são proposições falsas.

QUESTÃO 17

A Educação Física adaptada para pessoas com necessidades especiais não se diferencia da Educação Física escolar em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados em atividades com indivíduos com necessidade especial. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades dos alunos.

PORQUE

A Educação Física na escola constitui significativa oportunidade que favorece a participação de crianças e jovens em jogos e danças adequados às suas possibilidades e lhes proporciona valorização e integração em um mesmo mundo. As aulas de Educação Física, quando adaptadas a estudantes com necessidades especiais, possibilitam a vivência e a compreensão de habilidades e a inserção social de tais estudantes no grupo escolar.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta.

- A** As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa da primeira.
- B** As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é justificativa da primeira.
- C** A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- D** A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- E** Tanto a primeira quanto a segunda asserção são proposições falsas.



QUESTÃO 18

A frequência de comportamentos sedentários na população brasileira tem aumentado rapidamente nas últimas décadas, independentemente da faixa etária. Dada a relação entre comportamento sedentário e aumento de doenças crônicas degenerativas, o incentivo à prática de atividade física passa a ser uma ação permanente, entre outras, para prevenção de doenças e de agravos à saúde. Nesse contexto, avalie as asserções a seguir.

As aulas de Educação Física podem seguir um modelo que garanta a participação de todos os alunos, em ações reflexivas que possibilitem a experiência diversificada de práticas motoras, pois a escola é um local estratégico para intervenções em saúde, sendo possível atingir grande parcela de crianças, adolescentes e jovens.

PORQUE

Além do desenvolvimento de habilidades motoras, as aulas de Educação Física promovem a sociabilização e incentivam a adesão à prática de atividade física prazerosa que possa ser mantida em todas as fases da vida.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta.

- A** As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- B** As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- C** A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- D** A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- E** As duas asserções são proposições falsas.

ÁREA LIVRE



QUESTÃO 19

A professora de educação física Kátia percebeu que, em uma de suas turmas, uma aluna de 16 anos passou a apresentar perda de quantidade significativa do peso corporal e, ao mesmo tempo, demonstrava necessidade compulsiva de realizar, de forma contínua e vigorosa, as atividades físicas propostas na aula. Ao término da última aula, essa aluna, interessada em realizar atividades físicas extras, procurou a professora. Aproveitando o momento de diálogo, a professora demonstrou preocupação com a grande perda de peso da aluna nas últimas semanas. A adolescente, então, confessou que, por estar “se achando muito gorda”, havia iniciado, por conta própria, uma dieta vigorosa, e tomava anfetamínicos sem o conhecimento da sua mãe, para emagrecer mais rápido. Ela disse que até passava alguns dias ingerindo apenas líquidos. A professora notou que a pele da aluna estava seca e suas unhas, quebradiças.

Após orientá-la a buscar auxílio de profissionais da área de saúde, tais como nutricionistas e psicólogos, a professora se despediu da aluna. Refletindo sobre a situação e valendo-se de seus conhecimentos científicos, a professora levantou a hipótese de que a aluna poderia estar aproximando de um quadro de anorexia restritiva, em que a perda de peso é conseguida por meio de dietas, jejuns e exercícios físicos excessivos.

A professora avaliou o fato como uma alteração comportamental e comunicou-o à coordenação da escola e aos familiares da aluna. Em uma reunião, ela se prontificou a colaborar e ficou acordado que, entre as medidas a serem adotadas, incluía-se a de a professora Kátia ministrar uma palestra sobre a assunto para toda a turma.

Abordando a situação a partir de uma dimensão pedagógica e ética, sem expor a aluna, seria correto a professora Kátia problematizar para a turma que

- I. os transtornos alimentares podem causar complicações clínicas que provocam alterações nos sistemas gastrointestinal (por exemplo, constipação), cardiovascular (por exemplo, arritmias), hematológico (por exemplo, anemia), reprodutivo (por exemplo, amenorreia) e metabólico (por exemplo, desidratação).
- II. o modelo cultural predominante na nossa sociedade supervaloriza os corpos delgados, o que tem acarretado aumento da incidência de transtornos alimentares entre adolescentes, principalmente do sexo feminino. O “culto à magreza” associa esse padrão estético à ideia de liberdade, sucesso e aceitação social.
- III. os meios de comunicação têm reforçado o padrão corporal magro, com o principal objetivo de auxiliar as campanhas de saúde cujo foco é combater a incidência de sobrepeso na população, o qual, por sua vez, pode associar-se a vários outros fatores de risco.
- IV. a massa corporal abaixo da estabelecida como normal pode ser mantida por pessoas em fase de crescimento, principalmente adolescentes, de forma a se conter o aumento acelerado do número de obesos no Brasil; deve-se, porém, evitar estados de desnutrição.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I e II.
- B** II e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** I, III e IV.



QUESTÃO 20

No fim do curso de licenciatura em Educação Física, Pedro prestou concurso público para Educação Física Escolar. Durante a formação universitária, seus professores debatiam as diversas abordagens da Educação Física Escolar e suas relações com Filosofia, História e Sociologia. Esses conhecimentos estavam previstos no concurso público, o que facilitou o ingresso de Pedro no magistério. O professor Pedro se deparou, então, com o seguinte problema: como planejar suas aulas? Para isso, ele deveria conhecer o contexto da escola onde atuaria e as características dos alunos, bem como deveria organizar e sistematizar os conteúdos de Educação Física de forma coerente com os objetivos éticos e filosóficos que permeariam sua prática docente. Enfim, era necessário superar a dicotomia entre teorias educacionais e organização didática de sua prática docente.

Para elaborar o planejamento das atividades pedagógicas, o professor Pedro deveria considerar a relação entre teoria e prática

- A** valorizando o conhecimento teórico/científico, em detrimento da contextualização local, pois é esse saber que explica a realidade. Assim, a prática seria uma aplicação da teoria.
- B** compreendendo o papel do conhecimento teórico/científico da Educação Física Escolar, qual seja, o de contemplar a descrição das metodologias de ensino, as quais caberia ao professor aplicar.
- C** desconsiderando o conhecimento teórico/científico, pois a experiência prática é mais eficaz, já que está mais próxima da realidade, o que faz com que a teoria não sustente didaticamente a intervenção do professor.
- D** tendo como referência sua própria história de vida, ou seja, sua experiência prática, de tal forma que se apresentasse como exemplo para as crianças, fornecendo-lhes uma base ética da qual deveriam apropriar-se.
- E** reconstruindo sua prática com referência no conhecimento teórico/científico, o que faria com que refletisse sobre sua didática, tendo como base as teorias educacionais e as experiências no contexto local.

QUESTÃO 21

No contexto escolar, a indisciplina nas aulas de Educação Física destaca-se como uma das limitações para a atuação do professor. A indisciplina pode ser identificada no desrespeito às regras e às diferenças individuais, bem como nos comentários preconceituosos, que criam um ambiente de práticas excludentes, que se tornam cotidianas. Nas aulas de Educação Física, os estudantes menos experientes em atividades motoras, por exemplo, são excluídos em muitas oportunidades. O fato de ser excluído da atividade pode gerar indisciplina, cujas motivações vão desde fatores históricos e culturais, história de vida dos estudantes e do professor até a resistência ao saber escolarizado. Nesse contexto, avalie as seguintes asserções.

Na escola, a indisciplina pode ser combatida pelo debate sobre a ética, que se caracteriza por uma reflexão autônoma sobre os valores da sociedade. Assim, democraticamente, os professores devem contribuir para a participação dos estudantes na elaboração e no debate de normas condizentes com o ambiente educacional.

PORQUE

A indisciplina tem como causa a atuação do professor. Assim, se o professor, em cada aula, se inteirasse das aspirações, dos anseios e dos desejos dos estudantes, ele auxiliaria o grupo a resolver problemas e a promover um ambiente de inclusão, respeito e tranquilidade na aula de Educação Física.

Acerca dessas asserções, assinale a alternativa correta

- A** As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa da primeira.
- B** As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é justificativa da primeira.
- C** A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- D** A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- E** Tanto a primeira quanto a segunda asserção são proposições falsas.



QUESTÃO 22

Os conteúdos da Educação Física envolvem jogos, esportes, ginásticas, lutas, atividades rítmicas, expressivas e conhecimentos sobre o corpo. Esses blocos de conteúdos possuem dimensões procedimentais, conceituais e atitudinais. No caso específico da Educação Física, os conteúdos se relacionam com o saber fazer, o saber sobre o saber fazer, e o ser.

Diante dessas premissas, o planejamento de ensino de Educação Física deve ter sua organização pautada em aulas que sejam

- A** práticas, pois elas servem de base para a formação dos futuros atletas, o que torna a Educação Física um meio eficaz para a democratização do esporte.
- B** teóricas, no início, pois elas serão referência conceitual em aulas posteriores, caracterizadas pela prática a partir das diversas dimensões dos conteúdos.
- C** práticas, teóricas, teórico-práticas, pois elas ressaltam as relações entre as diversas dimensões dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, o que diversifica as estratégias empregadas.
- D** teóricas, pois elas valorizam a dimensão científica da área, o que aproxima a Educação Física das outras disciplinas e de modelos de escolarização e contribui para a superação do preconceito em relação ao saber corporal.
- E** práticas, pois elas ressaltam a especificidade dos conteúdos de Educação Física em sua dimensão procedimental, o que garante uma aprendizagem motora adequada.

ÁREA LIVRE

QUESTÃO 23

Uma experiência pedagógica de criação significativa para os alunos nas aulas em que é trabalhado o conteúdo dança na educação física escolar pode aliar texto e improvisação de movimentos. Os estudantes trazem contos, poemas, letras de música e os desenvolvem em oficinas. Por exemplo, pode-se pedir que eles redijam sobre alguém de sua família ou algo próximo a eles. Dessa forma, subjetividade e memórias podem aflorar, uma vez que esse tipo de trabalho estimula os educandos a fazer pontes entre essas histórias e textos pessoais com seu trabalho corporal. Durante o tempo em que estão sozinhos para improvisar, envolvidos cinesteticamente, os alunos criam frases, gestos, sequências de movimento ou sentimentos e sensações que os textos revelam, que as imagens proporcionam, estabelecendo diálogos.

LARA, L. M.; VIEIRA, A. P. Em foco...O corpo que dança: experiências docentes e intersubjetividades desafiadas. In: LARA, L.M. (Org.). **Abordagens Socioculturais em Educação Física**. Maringá: EDUEM, 2010, p. 141-86.(adaptado).

No texto apresentado, o ensino está centrado em

- I. abordar uma dimensão pedagógica e técnico-instrumental da dança como conteúdo da cultura corporal.
- II. apresentar propostas para o desenvolvimento da dança como expressão do movimento humano no processo ensino-aprendizagem da educação física.
- III. sugerir atividades que vão assegurar a inclusão de danças contemporâneas de forma sistemática e não apenas eventual nas festas e comemorações da escola.
- IV. propor um trabalho que envolve pesquisa e cultivo do diálogo entre a produção cultural da comunidade e da escola.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.



QUESTÃO 24

A Lei n.º 9394/96, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), incorporou à Educação as novas Tecnologias da Informação, o que resultou em uma nova tarefa pedagógica do professor: contribuir para a formação do receptor crítico, inteligente e sensível frente ao grande poder de influência crescente que a mídia exerce sobre a cultura corporal. Partindo dessa premissa, um profissional recém-formado, tendo sido designado para atuar em uma escola, verificou que os alunos não gostavam da aula de Educação Física tradicional e decidiu alterar esse cenário utilizando da tecnologia da informação.

Com base no texto acima, avalie as práticas pedagógicas que podem ser realizadas pelo professor que utilize a tecnologia de informação na Educação Física Escolar.

- I. Utilização de vídeos esportivos, excelentes instrumentos para envolver os alunos quando o professor está em reunião ou outra atividade na escola.
- II. Utilização das mídias sociais e redes eletrônicas, para envio de informações relacionadas ao conteúdo ministrado em sala de aula, o que pode ampliar as discussões na articulação do saber.
- III. Utilização de vídeos como técnica de motivação para a aprendizagem da disciplina.
- IV. Utilização de filmagem das aulas, para que o professor possa discutir com os alunos os erros e corrigi-los, sem contextualização com a proposta pedagógica.
- V. Utilização de vídeos esportivos, de forma a estimular e produzir ambientes educativos mais dinâmicos, interativos e desafiadores.

Está correto apenas o que se afirma em

- A** I, II e IV.
- B** I, III e IV.
- C** I, III e V.
- D** II, III e V.
- E** II, IV e V

QUESTÃO 25

Quando o iniciante ouve o berimbau, assiste ao jogo, presencia sua primeira roda, fica deslumbrado. Sente algo no coração e, intuitivamente, compreende o que é o jogo da capoeira. Se acreditasse firmemente nesta primeira intuição, tudo estaria bem. Mas, breve — na prática — esta relação vai ser obscurecida: o iniciante entra em contato com outros alunos, com capoeiristas mais adiantados, e se coloca sob a tutela de um professor. Na humildade e no desamparo de quem nada conhece, ele se esquece daquela primeira visão e, no inter-relacionamento com colegas e professor, aparecem todos os aspectos positivos e, também, negativos — do ser humano e da sociedade em que vivemos. O iniciante sofre, sente-se impotente, não aceita e não compreende porque algo maravilhoso como a capoeira — ao ser veiculado, ensinado e praticado — contém as mesmas mazelas e mesquinhas que afligem o resto da humanidade.

CAPOEIRA, N. *Os fundamentos da malícia*. Rio de Janeiro: Record, 1992, p.123.

A prática pedagógica da capoeira apresenta limitações, ainda hegemônicas na Educação Física, que precisam ser superadas. Assim, sugere-se que a prática pedagógica seja direcionada

- I. para o ensino das competências técnicas vinculadas à educação de resultados, conforme o planejamento do professor.
- II. em consonância com a aquisição de habilidades relativas ao desempenho físico e motor.
- III. para o cotidiano, trabalhando-se, a partir do conhecido, as possibilidades de aprendizagem da cultura corporal.
- IV. para o contexto histórico e social de cada conteúdo e as possibilidades expressivas, críticas e criativas.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I.
- B** II.
- C** I e III.
- D** II e IV.
- E** III e IV.



QUESTÃO 26

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Física, considera-se que as atividades físicas, recreativas e esportivas compõem o direito dos indivíduos conhecerem de terem acesso às manifestações e expressões culturais que constituem a tradição da Educação Física, tematizadas nas diferentes formas e modalidades de exercícios físicos, ginástica, jogo, esporte, luta/arte marcial e dança. Dessa maneira, o professor pode utilizar o esporte aliado a manifestações e expressões culturais do movimento humano, além de atender a outros objetivos decorrentes da prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

Com base no texto acima, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O professor deve, durante as práticas esportivas de competição na escola, orientar os alunos e torcedores a se manifestarem de forma respeitosa e solidária.
- II. Para o desenvolvimento de manifestações e expressões culturais em uma aula de voleibol na escola, o professor deve dividir o grupo em pequenas rodas, distribuir o material esportivo e deixar os alunos sozinhos, para que eles a mantenham a interação e desenvolvam a aprendizagem da cultura corporal sem intervenção pedagógica.
- III. Nos dias chuvosos, quando não se pode utilizar as quadras, os jogos de tabuleiro tornam-se opções para atividades pedagógicas, durante as quais o professor pode utilizar brincadeiras para orientação e compreensão das regras da sociedade e para a promoção da atividade infantil, do pensamento e da liberdade.
- IV. Por meio do esporte na escola, o professor pode intervir pedagogicamente junto aos alunos, para que a competitividade nunca ultrapasse os direitos essenciais de cada ser humano, a liberdade individual e a integridade física.
- V. O professor deve promover atividades físicas, recreativas e esportivas, para estimular a importância da competitividade e da necessidade de ganhar nos jogos, pois esses interesses são fundamentais na ascensão profissional dos alunos.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I e III.
- B** I, III e IV.
- C** II, III e V.
- D** II, IV e V.
- E** I, II, IV e V.



QUESTÃO 27

Carlos, professor de educação física em uma escola na periferia de uma grande cidade, observou aumento substancial de massa muscular entre os seus alunos e desconfiou que eles estivessem utilizando anabolizantes. Mesmo após algumas conversas individuais, percebeu que não estava obtendo resultados significativos, provavelmente porque muitos desses jovens sentiam-se reféns da opinião de uma sociedade de consumo em que é crescente a importância atribuída à aparência corporal.

Diante desse cenário, o professor, em suas aulas, poderia adotar a seguinte estratégia:

- A** convidar os pais dos alunos para assistirem às aulas e serem informados de que os filhos estão utilizando anabolizantes.
- B** proibir, com o consentimento da direção da escola, a utilização dos anabolizantes e realizar, diariamente, revistas nas bolsas e mochilas dos alunos.
- C** evitar comentar o assunto nas aulas de educação física, para não despertar a atenção dos alunos para esse tema.
- D** afastar, temporariamente, os alunos suspeitos, até certificar-se de que eles deixaram de utilizar anabolizantes.
- E** realizar atividades físicas com o objetivo de proporcionar vida mais saudável e abordar os efeitos danosos da utilização de anabolizantes.

ÁREA LIVRE

QUESTÃO 28

Os aspectos metodológicos que envolvem a Educação Física não diferem substancialmente dos que envolvem as demais áreas do conhecimento. Historicamente, o ensino da Educação Física vem buscando organizar formas metodológicas que sejam colocadas em prática para o atendimento das exigências que permeiam o ensino, entre as quais, podemos citar: a Desenvolvimentista, a Construtivista, o Ensino Aberto e a Crítico-Superadora.

OLIVEIRA, A.A.B. *Metodologias emergentes no ensino da Educação Física*. Revista da Educação Física/UEM. v. 8, n.1, p. 21-27, 1997 (com adaptações).

No texto, é mencionada a Metodologia de Ensino Aberto, a qual

- A** não considera história, cultura, medos e aflições dos estudantes do Ensino Fundamental e Médio .
- B** favorece, estimula e reforça uma prática gímnico-desportiva centrada no treinamento e no rendimento .
- C** possibilita a inserção dos estudantes do Ensino Médio em algumas etapas do processo ensino-aprendizagem.
- D** busca articular o conteúdo das aulas com os movimentos cotidianos dos estudantes, levando-os a participar do processo decisório da aprendizagem.
- E** estimula a prática de exercícios e a execução de tarefas de repetição, buscando a automatização do movimento e o aperfeiçoamento da técnica aplicada nas atividades esportivas de caráter competitivo.

ÁREA LIVRE



QUESTÃO 29

ÁREA LIVRE

O problema dos graus de liberdade proposto pelo fisiologista russo Nicolai Bernstein entre 1930 e 1950 corresponde à necessidade de um sistema complexo ser organizado pelo sistema nervoso, para o desempenho do movimento coordenado. O conhecimento dos graus de liberdade de determinadas práticas motoras executadas nas aulas de Educação Física indica o nível de dificuldade e o tempo requerido no processo de ensino-aprendizagem do conteúdo.

Considerando esse enunciado, analise as seguintes asserções.

Em uma aula de Educação Física para alunos do 6.º ano do ensino fundamental, o professor, ao ensinar o movimento de fazer quicar a bola, percebe a variação dos estágios do padrão de movimentos fundamentais. Os movimentos dos alunos são avaliados por princípios da cinesiologia, sendo possível observar que aqueles classificados no estágio inicial tinham membros superiores mais rígidos do que aqueles classificados no estágio elementar e maduro, os quais conseguem realizar o movimento de membros superiores com maior amplitude.

PORQUE

Os alunos no estágio inicial utilizam o enrijecimento de membros e tronco como forma de diminuir os componentes independentes do sistema e facilitar a execução do movimento. Aqueles nos estágios elementar e maduro realizam o movimento de fazer quicar a bola com maior número de graus de liberdade, o que torna o controle do movimento mais complexo, porém mais preciso.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta.

- A** As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa da primeira.
- B** As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é justificativa da primeira.
- C** A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- D** A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- E** Tanto a primeira quanto a segunda asserção são proposições falsas.



QUESTÃO 30

Suponha que Clara e João sejam professores de educação física em uma escola de ensino fundamental que disponibiliza recursos tecnológicos da informação e da comunicação. Suponha, ainda, que, neste ano, eles tenham divulgado no sítio da escola a seguinte manchete: “Fabiana Murer conquista primeiro ouro brasileiro em mundiais de atletismo” e tenham aproveitado o fato histórico para avisar aos estudantes que, naquela semana, as atividades de educação física seriam desenvolvidas em uma sala com recursos multimídia. Com relação à importância e aos modos de utilização desses recursos nas aulas de educação física, avalie as considerações apresentadas a seguir.



- I. São utilizados para entender regras de jogos, na apreciação de práticas esportivas comuns em outros locais do país ou em outros países, assim como para estudar didaticamente uma sequência de um gesto desportivo mais complexo.
- II. Permitem descanso físico e mental tanto ao professor quanto aos estudantes; previnem contra os efeitos lesivos dos raios UV durante os exercícios físicos ao ar livre e mantêm a atenção dos estudantes durante as aulas de educação física.
- III. Fomentam a análise crítica dos conceitos que fundamentam as expressões corporais do movimento; facilitam e contextualizam a aquisição de conhecimentos multidisciplinares, estimulando a discussão sobre os valores éticos e morais, bem como sobre aspectos biológicos que norteiam o comportamento humano.
- IV. Apresentam vantagens para a escola, como, por exemplo, a conservação dos materiais e equipamentos desportivos da escola; incentivam o acesso ao sítio da escola; divulgam os tipos de práticas esportivas realizadas no ambiente escolar e alertam para o perigo de lesões e acidentes durante exercícios físicos.

É correto apenas o que se afirma em

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.



QUESTÃO 31

Uma escola solicitou a cinco professores de Educação Física que realizassem uma bateria de testes para avaliação física de caráter antropométrico visando-se o estudo do crescimento físico dos estudantes. Nessa avaliação, a periodicidade deve ser estabelecida pelos professores. Quanto ao exame propriamente dito, é necessário que os professores mensurem a massa corporal e a estatura dos estudantes, além de duas outras variáveis antropométricas.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente a periodicidade estabelecida para a referida avaliação e as duas variáveis que devem compor a bateria de testes, cada uma delas associada ao respectivo instrumento/procedimento de mensuração.

- A** Periodicidade: semestralmente; variáveis: força muscular, mensurada por meio de um dinamômetro, e relação cintura/quadril, mensurada por meio de um compasso para dobras cutâneas.
- B** Periodicidade: trimestralmente; variáveis: diâmetros ósseos, mensurada por meio de um paquímetro, e perímetros segmentar (membros superiores e/ou inferiores), mensurados por meio de fita métrica.
- C** Periodicidade: semestralmente; variáveis: flexibilidade dos segmentos, mensurada por meio de régua, e resistência, mensurada por meio de teste de esforço na bicicleta ergométrica.
- D** Periodicidade: trimestralmente; variáveis: equilíbrio dinâmico, mensurado por meio de teste de locomoção sobre a trave, e coordenação motora geral, mensurada por meio de atividades de ambidestria.
- E** Periodicidade: trimestralmente; variáveis: flexibilidade de membros superiores ou inferiores, mensurada por meio de régua, e resistência, mensurada por meio de teste de esforço na pista.

QUESTÃO 32

Avalie as duas asserções a seguir.

As teorias/propostas pedagógicas para Educação Física começam a surgir no final da década de 80, depois da abertura política, e representam um divisor de águas no interior dessa área, uma vez que, para cada uma delas, foi elaborada uma teoria. Nesse sentido, vários autores mostraram como os anos 80 do século passado marcaram um momento especial da Educação Física brasileira. Em grande parte da produção teórica daquela época, procurou-se estabelecer princípios que orientassem o professor em sua prática pedagógica. No entanto, há evidências de que os professores conhecem muito superficialmente as proposições pedagógicas elaboradas pelo então movimento renovador.

PORQUE

Persiste, atualmente, apesar do surgimento de novas propostas metodológicas em Educação Física, o modelo esportivizado, cuja escolha por parte dos professores decorre, entre outros fatores, da formação tecnicista desses docentes.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A** As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa da primeira.
- B** As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é justificativa da primeira.
- C** A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- D** A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- E** Tanto a primeira quanto a segunda asserção são proposições falsas.



QUESTÃO 33

Para os alunos de uma turma do 6.º ano do ensino fundamental, as aulas de Educação Física contemplaram, inicialmente, a prática esportiva do basquetebol. No início das atividades propostas pelo professor, se considerada a aprendizagem dos fundamentos do basquetebol, os alunos cometeram muitas falhas e erros grosseiros. No decorrer do processo, os alunos conseguiram diminuir a ocorrência de erros relativos aos fundamentos técnicos da modalidade e chegaram a um estágio da aprendizagem em que os erros eram mínimos e, quando ocorriam, o próprio aluno conseguia detectá-los e corrigi-los. Tais evidências mostram que é a seguinte a ordenação dos estágios de aprendizagem motora:

- A estágio associativo, autônomo e cognitivo.
- B estágio associativo, cognitivo e autônomo.
- C estágio cognitivo, associativo e autônomo.
- D estágio cognitivo, autônomo e associativo.
- E estágio autônomo, cognitivo e associativo.

QUESTÃO 34

A prática da atividade física está relacionada à prevenção de doenças crônicas degenerativas, a exemplo da diabetes *mellitus*. Por envolverem uma área comportamental, as intervenções para mudança nos padrões de atividade física das pessoas são complexas.

PORQUE

As evidências, tanto clínicas quanto epidemiológicas, demonstram a relação entre indicadores de saúde e atividade física, sendo esta um comportamento humano determinado pela interação das dimensões pessoal, sociocultural e biológica.

Acerca dessas asserções, assinale a opção correta.

- A As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- B As duas asserções são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- C A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- D A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda é uma proposição verdadeira.
- E Tanto a primeira quanto a segunda asserção são proposições falsas.

QUESTÃO 35

Ao ensinar o voleibol na escola, Marcela, professora de Educação Física do 6.º e do 7.º ano de ensino fundamental, desenvolve algumas situações de jogo no processo ensino-aprendizagem.

Considerando essa situação, avalie quais dos objetivos apresentados a seguir a professora deve priorizar no planejamento de suas aulas de voleibol.

- I. Aplicar os elementos técnico-táticos e as condições fisiológicas para a prática, visando somente à vitória na competição.
- II. Respeitar o estágio de desenvolvimento do estudante para a organização e a inclusão de regras.
- III. Desenvolver noções táticas e técnicas que garantem a participação de todos para a fluência do jogo.
- IV. Desenvolver fundamentos gerais que possam ser utilizados em outros jogos.

É correto apenas o que se afirma em

- A I e II.
- B I e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

ÁREA LIVRE



QUESTÃO DISCURSIVA 3

No Art. 26, § 3.º, da atual LDB, Lei 9.394/96, consta que:

A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

- V. que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- VI. maior de trinta anos de idade;
- VII. que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- VIII. amparado pelo Decreto-Lei n.º 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- IX. [...]
- X. que tenha prole.

BRASIL, Lei n.º 9.394. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 20/12/1996.

Considerando o que foi estabelecido pela lei, em relação à Educação Física no currículo escolar, elabore um texto dissertativo abordando os seguintes aspectos:

- a) avanço decorrente da inclusão da Educação Física como conteúdo curricular obrigatório; (valor: 5,0 pontos)
- b) “retrocesso” decorrente da facultabilidade da adesão à prática da Educação Física. (valor: 5,0 pontos)

RASCUNHO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



QUESTÃO DISCURSIVA 4

Na iniciação de esportes coletivos, o professor de Educação Física escolar deve considerar o conjunto de objetivos, o planejamento de estratégias de ações educativas nas aulas, meios de intervenção pedagógica, sistema de avaliação do progresso dos alunos e integração de três dimensões de conteúdos pautados no saber conhecer, saber fazer, e saber ser.

Há muitas dificuldades relacionadas a conflitos de objetivos entre os alunos, seus pais e professores, como, por exemplo, a pressão psicológica exercida externamente, a especialização prematura em habilidades motoras envolvidas em jogos, a qual resulta na busca excessiva da plenitude atlética e no envolvimento precoce em competições.

A iniciação esportiva deve ser considerada uma etapa no processo de formação integral humana, não sendo o desempenho esportivo um fim em si mesmo. O esporte deve ser utilizado para desenvolver valores humanos.

Considerando as ideias centrais desenvolvidas no texto acima, redija um texto dissertativo sobre a iniciação esportiva no contexto da Educação Física escolar. Em seu texto, aborde as principais características dos conteúdos a ser aprendidos relacionados ao saber conhecer, saber fazer e saber ser. (valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



QUESTÃO DISCURSIVA 5

A partir dos anos de 1980, surgiram abordagens que tematizaram e debateram a Educação Física Escolar. Elas construíram críticas ao modelo tradicional de aula, conhecido como tecnicista, competitivista, esportivizado. Embora essas abordagens tivessem em comum o anseio de uma intervenção na atuação do professor de Educação Física com fundamentos científicos e filosóficos, havia, também, muitas divergências entre elas, de natureza teórica e didática.

Considerando essas abordagens, faça o que se pede nos itens a seguir.

- a) Em relação à seleção dos conteúdos, quais são as diferenças entre as abordagens crítico-superadora e construtivista-interacionista? (valor: 5,0 pontos)
- b) No que concerne aos objetivos de ensino, quais são as diferenças entre a aula tradicional tecnicista e a abordagem crítico-emancipatória? (valor: 5,0 pontos)

RASCUNHO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO DA PROVA

As questões abaixo visam levantar sua opinião sobre a qualidade e a adequação da prova que você acabou de realizar. Assinale as alternativas correspondentes à sua opinião nos espaços apropriados do Caderno de Respostas.

Agradecemos sua colaboração.

QUESTÃO 1

Qual o grau de dificuldade desta prova na parte de Formação Geral?

- A** Muito fácil.
- B** Fácil.
- C** Médio.
- D** Difícil.
- E** Muito difícil.

QUESTÃO 2

Qual o grau de dificuldade desta prova na parte de Componente Específico?

- A** Muito fácil.
- B** Fácil.
- C** Médio.
- D** Difícil.
- E** Muito difícil.

QUESTÃO 3

Considerando a extensão da prova, em relação ao tempo total, você considera que a prova foi

- A** muito longa.
- B** longa.
- C** adequada.
- D** curta.
- E** muito curta.

QUESTÃO 4

Os enunciados das questões da prova na parte de Formação Geral estavam claros e objetivos?

- A** Sim, todos.
- B** Sim, a maioria.
- C** Apenas cerca da metade.
- D** Poucos.
- E** Não, nenhum.

QUESTÃO 5

Os enunciados das questões da prova na parte de Componente Específico estavam claros e objetivos?

- A** Sim, todos.
- B** Sim, a maioria.
- C** Apenas cerca da metade.
- D** Poucos.
- E** Não, nenhum.

QUESTÃO 6

As informações/instruções fornecidas para a resolução das questões foram suficientes para resolvê-las?

- A** Sim, até excessivas.
- B** Sim, em todas elas.
- C** Sim, na maioria delas.
- D** Sim, somente em algumas.
- E** Não, em nenhuma delas.

QUESTÃO 7

Você se deparou com alguma dificuldade ao responder à prova. Qual?

- A** Desconhecimento do conteúdo.
- B** Forma diferente de abordagem do conteúdo.
- C** Espaço insuficiente para responder às questões.
- D** Falta de motivação para fazer a prova.
- E** Não tive qualquer tipo de dificuldade para responder à prova.

QUESTÃO 8

Considerando apenas as questões objetivas da prova, você percebeu que

- A** não estudou ainda a maioria desses conteúdos.
- B** estudou alguns desses conteúdos, mas não os aprendeu.
- C** estudou a maioria desses conteúdos, mas não os aprendeu.
- D** estudou e aprendeu muitos desses conteúdos.
- E** estudou e aprendeu todos esses conteúdos.

QUESTÃO 9

Qual foi o tempo gasto por você para concluir a prova?

- A** Menos de uma hora.
- B** Entre uma e duas horas.
- C** Entre duas e três horas.
- D** Entre três e quatro horas.
- E** Quatro horas, e não consegui terminar.



ÁREA LIVRE





ÁREA LIVRE





ENADE 2011

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

INEP

**Ministério
da Educação**



* A 1 4 2 0 1 1 3 2 *

GABARITO DAS QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

EDUCAÇÃO FÍSICA	
ITEM	GABARITO
1	D
2	A
3	E
4	A
5	C
6	B
7	B
8	E
9	B
10	B
11	D
12	A
13	D
14	E
15	D
16	A
17	B
18	A
19	A
20	E
21	C
22	C
23	D
24	D
25	ANULADA
26	B
27	E
28	D
29	A
30	B
31	B
32	A
33	C
34	A
35	E

EDUCAÇÃO FÍSICA

QUESTÃO DISCURSIVA 1

Padrão de resposta

O estudante deve ser capaz de apontar algumas vantagens dentre as seguintes, quanto à modalidade EaD:

- (i) flexibilidade de horário e de local, pois o aluno estabelece o seu ritmo de estudo;
- (ii) valor do curso, em geral, é mais baixo que do ensino presencial;
- (iii) capilaridade ou possibilidade de acesso em locais não atendidos pelo ensino presencial;
- (iv) democratização de acesso à educação, pois atende a um público maior e mais variado que os cursos presenciais; além de contribuir para o desenvolvimento local e regional;
- (v) troca de experiência e conhecimento entre os participantes, sobretudo quando dificilmente de forma presencial isso seria possível (exemplo, de pontos geográficos longínquos);
- (vi) incentivo à educação permanente em virtude da significativa diversidade de cursos e de níveis de ensino;
- (vii) inclusão digital, permitindo a familiarização com as mais diversas tecnologias;
- (viii) aperfeiçoamento/formação pessoal e profissional de pessoas que, por distintos motivos, não poderiam frequentar as escolas regulares;
- (ix) formação/qualificação/habilitação de professores, suprimindo demandas em vastas áreas do país;
- (x) inclusão de pessoas com comprometimento motor reduzindo os deslocamentos diários.

QUESTÃO DISCURSIVA 2

Padrão de resposta

O estudante deve abordar em seu texto:

- identificação e análise das desigualdades sociais acentuadas pelo analfabetismo, demonstrando capacidade de examinar e interpretar criticamente o quadro atual da educação com ênfase no analfabetismo;
- abordagem do analfabetismo numa perspectiva crítica, participativa, apontando agentes sociais e alternativas que viabilizem a realização de esforços para sua superação, estabelecendo relação entre o analfabetismo e a dificuldade para a obtenção de emprego;
- indicação de avanços e deficiências de políticas e de programas de erradicação do analfabetismo, assinalando iniciativas realizadas ao longo do período tratado e seus resultados, expressando que estas ações, embora importantes para a eliminação do analfabetismo, ainda se mostram insuficientes.

QUESTÃO DISCURSIVA 3

Padrão de resposta

Resposta esperada em relação a cada item:

- a) O estudante deverá mencionar que a obrigatoriedade foi um avanço, apresentando justificativas.
- b) Os estudantes devem apresentar argumentos que contestem os critérios de dispensa.

QUESTÃO DISCURSIVA 4

Padrão de resposta

O estudante deve mencionar que os conteúdos a serem desenvolvidos devem fazer parte do conhecimento dos alunos. Significa saber o que está sendo ensinado, compreendendo e interpretando esse conhecimento de forma cada vez mais ampliada e em níveis cada vez mais aprofundados (dimensão conceitual).

O estudante deve aludir que o *saber fazer* está relacionado aos conteúdos procedimentais voltados para aprender a executar e refletir sobre os movimentos do jogo para que haja uma compreensão de suas finalidades. Os conteúdos procedimentais devem ser vivenciados e refletidos considerando as diferenças individuais. Deve considerar a interdependência entre os aspectos físicos (habilidades motoras condicionais), técnicos (como fazer) e táticos (o que fazer, por que fazer e quando fazer).

O estudante deve mencionar que esta terceira dimensão está relacionada com a formação humana e social dos alunos. Por meio desta dimensão, são internalizados os princípios, os valores, e a convivência entre os seres humanos. Valores como a cooperação, respeito, aceitação das diferenças, priorização do diálogo, solidariedade, lealdade dentre outras. As regras do esporte devem ser um retrato de normas e atitudes que visam à preservação da integridade, da igualdade de oportunidades, e da justiça (dimensão atitudinal).

Deve considerar a interdependência entre as dimensões.

QUESTÃO DISCURSIVA 5

Padrão de resposta

Parte (A)

O estudante deverá mencionar que a abordagem crítico-superadora propõe o desenvolvimento de conteúdos que envolvam a cultura corporal, como os jogos, esportes, lutas, ginásticas, e danças, contextualizando-as historicamente. Devem ser considerados os seguintes princípios tais como: relevância social, provisoriedade do conhecimento, espiralidade da incorporação das referências do pensamento, contemporaneidade dentre outros a partir de uma lógica dialética marxista.

A abordagem construtivista-interacionista valoriza a cultura dos jogos e das brincadeiras como estratégias problematizadoras no contexto lúdico promovendo o desenvolvimento da criança.

Parte (B)

O estudante explicará que o tecnicismo tinha como objetivo o desenvolvimento da qualidade do gesto motor e da aptidão física, a formação de atletas tendo a Escola como base do Esporte de Rendimento. Ao contrário, a abordagem crítico-emancipatória objetiva a autonomia e crítica do educando perante a cultura corporal de movimento com estratégias de inclusão e participação democrática, onde os educandos re-significam, reconstróem criticamente os conteúdos da Educação Física.